

Experiências de lutas em contexto dito pós-neoliberal no Brasil: 2003-2013

Roberto Leher¹

Resumo

O presente artigo analisa e produz sínteses a propósito das lutas sociais no Brasil no período 2003-2013, coloca em relevo as contradições do período que possibilitaram condições extraordinárias para a reprodução ampliada do capital e, o que é mais importante, provocaram as massivas e multitudinárias manifestações das Jornadas de Junho de 2013. No plano teórico discute o problema da periodização, a conjuntura econômica internacional do período estudado, desenvolve a problemática da relação Estado e lutas sociais e sustenta a atualidade do conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes. A base empírica do estudo compreende fontes primárias: (a) sobre os conflitos e lutas do campo; (b) sobre as greves dos trabalhadores urbanos e (c) as cronologias dos conflitos sociais do Observatório Social da América Latina. O estudo apresenta os grandes números dos conflitos sociais, indica tendências das lutas e elabora aportes para pensar a correlação de forças. Discute a situação dos trabalhadores assalariados dos setores público e privado, as ocupações de terras, abrangendo as lutas pela reforma agrária e contra as expropriações no campo e os conflitos envolvendo os povos indígenas em luta contra as grandes hidrelétricas na Região Norte. Na última seção, examina as Jornadas de Junho de 2013 como expressão política dos trabalhadores precários, os novos sujeitos sociais que entram na cena das lutas sociais brasileiras no Século XXI.

Palavras-chave: Lutas sociais no Brasil, Estado ampliado, neodesenvolvimento, capitalismo dependente.

¹ Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e de seu Programa de Pós-Graduação. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes/ENFF

Abstract

This article analyzes and produces summaries on social struggles in Brazil in the period 2003-2013, it highlights the contradictions of the period that allowed extraordinary conditions for expanded reproduction of capital and, more importantly, that provoked massive demonstrations on June, 2013. In the theoretical plan it discusses the problem of periodization, the international economic conjuncture of the period, it develops the problem of relationship between State and social struggles and it sustains the actuality of Florestan Fernandes' concept of dependent capitalism. The empirical basis of the study comprises primary sources (a) on conflicts and struggles from the field and (b) on urban workers' strikes and (c) the timelines of the social conflicts of the Social Observatory of Latin America. The study presents the large numbers of social conflicts, it indicates trends of struggles and it elaborates contributions to analyze the correlation of forces. It discusses the situation of employees in the public and private sectors, occupations of land, covering the struggles for agrarian reform and against the expropriations in the field and the conflicts involving indigenous people in struggle against corporations in the energy sector in the Northern Region. In the last section, it examines June 2013 journeys as a political expression of the precarious workers, the new social subjects entering the scene of Brazilian social struggles in the 21st century.

Keywords: Social Struggles in Brazil, expanded State, neo development, dependent capitalism.

Resumen

Este artículo analiza y produce resúmenes de las luchas sociales en Brasil en el período 2003-2013, pone de relieve las contradicciones de la época que permitieron condiciones extraordinarias para la reproducción ampliada del capital y, lo más importante, provocó manifestaciones masivas en las Jornadas de junio de 2013. En el plan teórico aborda el problema de la periodización, la coyuntura económica internacional del período estudiado, desarrolla el problema de la relación del estado y las luchas sociales y sostiene el concepto actual de capitalismo dependiente de Florestan Fernandes. La base empírica del estudio comprende fuentes primarias: (a) sobre los conflictos y las luchas del campo, (b) acerca de huelgas de los trabajadores urbanos y (c) las cronologías de los conflictos sociales del Observatorio Social de América Latina. El estudio presenta gran número de conflictos sociales, indica las tendencias de las luchas y elabora contribuciones para pensar la correlación de fuerzas. Analiza la situación de los trabajadores de los sectores público y privado, las ocupaciones de tierra, cubriendo las luchas por la reforma agraria y en contra las expropiaciones en el campo y los conflictos que involucran a pueblos indígenas en la lucha contra las principales compañías de electricidad en la Región Norte. En la última sección examina las manifestaciones de Junio de 2013 como la expresión política de los trabajadores precarios, los nuevos sujetos sociales que entran en la escena de las luchas sociales de Brasil en el siglo XXI.

Palabras clave: luchas sociales en Brasil, estado expandido, neo desarrollo, capitalismo dependiente.

Introdução

É um grande desafio teórico analisar e produzir sínteses a propósito das lutas sociais no Brasil no período 2003-2013. Este decênio corresponde ao tempo em que os presidentes da República (Lula da Silva, 2003-2010 e Dilma Rousseff, 2011- atual) foram eleitos por uma coalizão² encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com partidos de centro e de direita³. A filiação dos dois presidentes do período ao PT, agremiação que, nos anos 1980 e 1990, chegou a ser concebida como a principal referência de esquerda para uma infinidade de movimentos sociais, partidos, sindicatos e militantes de diversas causas, não apenas no Brasil e na América Latina, mas em todo mundo.

A complexidade não decorre, apenas, do fato de que um partido com origem na esquerda tenha alcançado o governo e logrado êxitos eleitorais sucessivos. Existem muitos exemplos em outras partes do mundo de mandatos longevos de agrupamentos de esquerda. Nem, tampouco, a mudança programática antes e depois de chegar ao governo, tema sobejamente conhecido: do giro liberal de François Mitterrand e de Felipe González, aos governos da *concertación* no Chile, os exemplos são muitos. O mais desafiador,

² Após ser eleito com o apoio do Partido Liberal – PL (Vice-Presidente), atualmente denominado Partido da República, de direita e com fortes ligações com a Igreja Universal do Reino de Deus, por partidos que já compunham a aliança do PT, como PC do B (com origem na esquerda), PSB, PV e PDT (difusamente de centro-esquerda), Lula da Silva ampliou a sua coalizão em 2005, passando a ser composta pelo PT e PC do B, PSB e pelos partidos de direita PL, PTB, PPS, PV, PMDB. Após a crise política do “mensalão”, perdeu apoio do PPS e do PDT, mas ganhou o apoio do PP (cuja origem é a ARENA, partido da ditadura empresarial-militar) e do PSD, com origem na ARENA e no PSDB. Exceto Fernando Henrique, todos os ex-presidentes do período pós-ditatorial apoiam os governos com o PT, como José Sarney, representante da ditadura na dita transição democrática e oligarca do Maranhão, Collor de Mello, o introdutor mais sistemático da agenda neoliberal após a Constituição de 1988 e que sofreu *impeachment* por corrupção. Esta última coalizão sustenta o governo Dilma Rousseff. Em grandes números, a base governista corresponde a 60% da Câmara dos Deputados e acima de 75% do Senado. Flutuações fisiológicas podem alterar as votações no parlamento, mas todos os projetos de lei pró-capital foram amplamente aprovados e, nos dois governos de Lula da Silva, a principal derrota aconteceu quando Lula da Silva defendeu a manutenção de uma contribuição tributária sobre a movimentação financeira criada por Fernando Henrique, direcionada ao pagamento da dívida, que o parlamento rejeitou.

³ No Brasil, a localização partidária “esquerda”, “centro” e direita é imprecisa, pois o centro e a direita andam juntos em todas as matérias de interesse do capital e, nos principais embates sociais, a maioria dos partidos com origem na esquerda acompanharam o posicionamento pró-capital, a exemplo das reformas previdenciárias, das parcerias público-privadas, da privatização das bacias petrolíferas por meio de concessões. São partidos da ordem burguesa e dirigidos pelos interesses do capital monopolista.

certamente, é tornar pensáveis as contradições do período que, conforme o estudo pretende demonstrar, possibilitaram condições extraordinárias para a reprodução ampliada do capital e, o que é mais importante, provocaram as massivas e multitudinárias manifestações das Jornadas de Junho de 2013.

Periodização

O objetivo do presente artigo é examinar o período 2003-2013, contudo, a opção por estudar este período não pode deixar de ser problematizada. Um primeiro equívoco seria pressupor que 2003 inaugurou um novo período com mudanças significativas no modelo econômico. Existem argumentos consistentes que apontam em outra direção, como os de Gonçalves⁴ que caracteriza o período 1995-2013 como Liberal Periférico, recusando descontinuidades no período, problema que será examinado na seção 3.

Outro problema teórico é ignorar a conjuntura econômica internacional que transtornaram os dois governos. As crises econômicas na América Latina (México 1994-95, Argentina 2000-02), na Ásia (1997), na Rússia (1998), na Turquia (2001) e o estouro da bolha da Nasdaq (2000-2001) confirmam o agravamento da crise mundial que se expressa com especial virulência no Brasil em 1998-1999 (desvalorização brusca do Real). Uma das consequências para a economia brasileira desse quadro de crise foi a depreciação do valor das principais *commodities* exportadas pelo país. Do ponto de vista econômico, o período compreendido entre 1995 e 2002 foi muito mais adverso do que o intervalo entre 2003-2008. A deterioração da economia mundial no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) reduziu o gotejamento de medidas assistenciais aos trabalhadores mais duramente atingidos pela crise, comprometendo, com isso, sua capacidade de dirigir o conjunto da sociedade, situação que provocou o debilitamento das condições de governabilidade de seu segundo mandato, favorecendo a eleição de Lula da Silva.

⁴ GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, LTC, 2013.

A duração do ciclo expansivo foi maior na década de 2000, especialmente entre 2004 e 2008. Neste interregno houve considerável aumento no preço internacional das *commodities*, elevadas pelas importações da China e pela expansão da economia mundial e, em especial, dos países asiáticos. Todas essas condições favoráveis possibilitaram o fortalecimento do fundo público e, como disse Lula da Silva em entrevista a Emir Sader⁵, “*distribuir pouco recursos para os pobres*” e com isso promover distribuição de renda. Entre outros fatores, esse contexto favoreceu a popularidade e a força do governo Lula da Silva.

O período 2009-2013, por sua vez, foi mais desfavorável do que o imediatamente anterior, em decorrência do agravamento da crise econômica internacional. O novo adensamento da crise econômica mundial, cuja manifestação mais visível aconteceu nos EUA em 2008 e, mais tarde, na Europa (Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha), provocou retração econômica que deteriorou o desempenho da economia brasileira, afetando, em especial, as condições de governo da presidenta Dilma Rousseff.

Assim, em determinadas análises, o estudo indicará outra periodização de maior duração para melhor apresentar as tendências. Embora o propósito não seja realizar uma comparação entre os governos FHC e Lula da Silva, o uso de indicadores do período Cardoso é relevante, pois em seus dois mandatos os conflitos foram muito agudos, embora o número de greves, ocupações e manifestações tenha oscilado ao longo dos anos 1990, como será discutido na seção 4.1. Neste caso, a comparação com o período FHC é útil, pois pode permitir aferir se no período Lula da Silva as mobilizações sociais seguiram em crescimento e, caso negativo, se a atenuação das lutas decorreram de conquistas nas reivindicações que impulsionaram as lutas nos anos 1990 ou se expressa uma mudança na vontade política das entidades

⁵ SADER, Emir (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, São Paulo, Boitempo, 2013.

sindicais e dos movimentos sociais em prol da manutenção da governabilidade do governo Federal.

Base empírica

A base empírica do estudo compreendeu: para a análise dos conflitos e lutas do campo (a), os indicadores da Comissão Pastoral da Terra e do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil – que produzem alentados relatórios anuais. No caso das greves dos trabalhadores urbanos (b), uma importante fonte é o Sistema de Acompanhamento das Greves-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) que igualmente realiza estudos anuais. Complementarmente, a pesquisa examinou as cronologias dos conflitos sociais do Observatório Social da América Latina (c) do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), seção Brasil. Neste último caso, é necessário destacar mudanças na abrangência do estudo. A cronologia dos conflitos foi editada, resumindo os principais acontecimentos, entre 1999 e 2006. A partir de 2007 passou a ser disponibilizado o arquivo com todos os registros, o que exige cuidado ao trabalhar séries históricas. Ademais, estudos acadêmicos (d) sobre as lutas sociais foram considerados e, especialmente, indicadores sobre a evolução da força de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE).

1. Estado e conflitos sociais: pontuações metodológicas

Uma dificuldade de ordem prática para estudar os conflitos sociais no período decorre da amplitude da base aliada dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff e, principalmente, da significativa acomodação dos interesses das frações de classe que operam o bloco no poder no aparelho de Estado. A

maior complexidade decorre do fato de que, além das frações burguesas dominantes que usualmente se apropriam dos bastiões de poder do Estado, outras frações de classes, vinculadas ao trabalho, atuam dentro e fora do Estado em conformidade com o bloco no poder, por meio de sindicatos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e movimentos sociais que agem como parte da base governista. Os referidos segmentos da classe trabalhadora, conforme o presente estudo argumenta, não compõem o núcleo sólido do Estado, entretanto, encontraram interlocutores em um grande número de nichos no interior do Estado que não ocupam lugares de poder real no aparato estatal.

No período 2003 a 2012 os numerosos confrontos entre os trabalhadores e o Estado (reforma agrária, moradia, educação, saúde) e entre o capital e o trabalho (como as greves do setor privado, a exemplo das protagonizadas pelos sindicatos dos metalúrgicos ou petroleiros) pareciam estar diluídos, atenuados e, até mesmos, fagocitados pelo Estado. Os conflitos não aconteceram na forma de um confronto aberto com o Estado em sua generalidade, pois uma das estratégias do bloco no poder, encampada pelos mencionados governos, foi a dispersão dos assuntos de interesse dos trabalhadores em aproximadamente 30 ministérios e em diversas empresas públicas e mistas. Neste período foi comum, por exemplo, a avaliação de que o ministério do Desenvolvimento Agrário (direcionado para a agricultura de menor porte) era sensível às reivindicações dos trabalhadores do campo, mas não as concretizou em virtude de resistências dos ministérios da Agricultura (dedicado ao agronegócio) e da área econômica (em nome da estabilidade das contas públicas). Muitos movimentos sustentaram a tese de que o governo Lula da Silva estava em disputa entre setores progressistas e neoliberais ou, no léxico após 2006, entre desenvolvimentistas e o setor financeiro neoliberal.

A partir do governo Lula da Silva, em 2003, importantes organizações vinculadas aos trabalhadores ecoaram o discurso governamental de que não era mais necessário empreender lutas com protagonismo da base, pois o Estado estaria aberto às reivindicações dos trabalhadores, em mesas setoriais

(universidades, reforma agrária, servidores públicos federais) que poderiam contemplar, processualmente, as suas demandas obstaculizadas no período Cardoso (1995-2002).

O colaboracionismo sindical, de OSCIP e de movimentos está assentado em dois pressupostos interrelacionados e que repercutem na análise da correlação de forças: (i) a concepção de Estado como um espaço em disputa entre, de um lado, forças que expressam os anseios dos setores dominantes e, de outro, os segmentos da classe trabalhadora e (ii) na avaliação das forças aliadas ao governo para fazer a correlação pender para o lado dos trabalhadores é necessário que as organizações dos trabalhadores colaborem com os 'seus' representantes no interior do Estado, em detrimento da autonomia de classe. A pressão é reconhecida como válida, mas não a luta contra as políticas do governo e, obviamente, contra o caráter geral das políticas governamentais. Desse modo, é possível verificar um giro tático dos movimentos em prol de agendas econômico-corporativas.

A concepção de Estado presente em muitos movimentos sociais, partidos com origem na esquerda da base do governo (PT, Partido Comunista do Brasil /PC do B), centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores/CUT, Força Sindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/CTB) e seus sindicatos de base que direcionam as suas ações "dialógicas" para *loci* 'descentralizados' e parcelários/ setoriais do Estado (conflitos agrários, direcionados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA nacional e às suas seções nos estados; lutas pela educação, no Ministério da Educação/MEC e nas secretarias estaduais e municipais de educação, lutas pela moradia, ao ministério das Cidades etc.) é de que o mesmo é uma federação de frações de classe, em que as classes-de-apoio ocupariam nichos de poder real e (relativamente) autônomo dentro do Estado. Assim, o Estado, neste prisma, não se configura como uma condensação de relações de forças do bloco no poder (portanto, dos setores dominantes que logram o domínio político) que, objetivamente, define os grandes balizamentos do Estado.

Esse debate é antigo e remonta, pelo menos, a II Internacional, como pode ser evidenciado na crítica de Rosa Luxemburgo a Bernstein em 1900⁶. Por que após tantos debates e críticas essa velha tese foi retomada no Brasil, no alvorecer do século XXI?

No Brasil, a perspectiva de que as reformas burguesas antecedem a luta pela revolução guiou a estratégia nacional-democrática do Partido Comunista Brasileiro/PCB no final dos anos 1950 que preconizava apoio às frações burguesas modernizadoras e industrialistas. Como contrapartida, os trabalhadores empreenderiam lutas para ampliar os direitos sociais mais fundamentais, concebidos como passíveis de serem assegurados nos marcos de uma nova revolução burguesa no Brasil que apagaria os resquícios pré-capitalistas no país. Entre essas reformas, cabe destacar reforma agrária para os camponeses, educação e saúde públicas, urbana, previdência social universal e, claro, direitos trabalhistas (no campo e na cidade) consolidados nas lutas históricas dos trabalhadores.

O golpe empresarial-militar de 1964 comprovou que as frações burguesas dominantes (inclusive os setores tidos como modernos) estavam comprometidas com o capitalismo monopolista. Nenhuma dessas frações estava envolvida em uma revolução burguesa capaz de engendrar um projeto autopropelido de nação. Longe de perceberem as reformas de base como algo constitutivo de seus projetos de classe, as frações imperializadas rapidamente se engajaram na preparação do golpe, enquanto outras logo aderiram ao mesmo, harmonizando os seus objetivos de classe com a via ditatorial.

A ditadura no Brasil foi um amálgama entre frações empresariais e os militares, sob o comando estratégico do capital monopolista. Florestan Fernandes⁷ examinou detidamente a questão, sustentando que os setores burgueses, em virtude do capitalismo dependente, são hostis às reformas, pois

⁶ LUXEMBURGO, Rosa, *Reforma ou Revolução*, Luxemburg Internet Archive, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap01.htm

⁷ FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica*, São Paulo, Globo, 2006.

estas são incompatíveis com os fundamentos do capitalismo dependente: as expropriações e a superexploração do trabalho. Para além da teoria, essa constatação advinda da experiência da longa ditadura e mesmo no período dito de abertura, no final dos anos 1980 e, de modo mais agudo, no período de neoliberalismo duro dos anos 1990, todos os movimentos, sindicatos autônomos e organizações da esquerda, sabiam, por experiência, que os setores dominantes são refratários às reformas. Mesmo quando forçadas à concessões democráticas, tão logo quanto possível, operam no sentido de retirar as pequenas conquistas (por meio da inflação, do congelamento salarial, da falta de apoio aos camponeses que conquistaram terra para trabalhar, por reformas do Estado etc.), restabelecendo o padrão de exploração brutal a que a maior parte da classe trabalhadora está submetida. Assim, há muito tempo essa perspectiva de que os direitos poderiam ser processualmente conquistados em virtude da existência de aliados em nichos de poder no Estado estava descartada. Este foi o sentido do novo sindicalismo surgido nas lutas do final dos anos 1970 que explicitamente recusou a tutela e a subordinação ao Estado, privilegiando a autonomia da classe trabalhadora, negando apoio ao governo da Nova República (período Jose Sarney, 1985 a 1990).

Uma hipótese que pode contribuir para explicar esse aparente anacronismo é a presença de Lula da Silva no governo, mediado pelo PT e pela CUT. É reconhecido o fato de que Lula da Silva manteve canais abertos com as principais organizações dos trabalhadores, ainda que nem sempre de modo direto (muitas vezes o acesso a Lula se dava por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, sob responsabilidade de Gilberto Carvalho), que, na presidência, sabia distribuir de modo magistral modestas concessões aos de baixo (bolsa família, correção do salário mínimo, ajustes nos planos de carreira de parte do funcionalismo, alguma reforma agrária), ao mesmo tempo em que o grosso do fundo público – seja diretamente pelo Tesouro Nacional, seja por meio de isenções tributárias, seja por meio de empréstimos e parcerias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES – estava sendo direcionado para as frações rentistas (pagamento da rolagem

da dívida), para o agronegócio (turbinado pelas chamadas ‘campeãs nacionais’, como a JBS), para o extrativismo mineral, para as grandes empreiteiras e para os setores industriais mais internacionalizados, justo a base econômica do bloco no poder.

Nos termos do ex-presidente Lula da Silva, em entrevista: “*E, ao mesmo tempo, fizemos uma coisa que eu considero extremamente importante: provamos que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda (...)*” e, mais adiante, para não deixar pairar dúvidas, na mesma entrevista, sintetizou: “*A teoria original: ‘Dê um pouco de recurso às camadas mais pobres da população que as coisas começam a acontecer’*”. E, adiante: “*Eu não tenho raiva deles e não guardo mágoas [da oposição] (...) eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo; nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam*”⁸.

Como o presente artigo pretende demonstrar, determinados indicadores sociais melhoraram com essa forma de manejar o Estado, muito própria do período Lula da Silva e que, no geral, não se repetiu no governo Dilma Rousseff. É preciso examinar mais de perto quais foram os avanços sociais para podermos avaliar se, de fato, estão em curso reformas sociais estruturais, universais, ou se parte relevante delas é constituída por políticas de alívio à pobreza, nos termos bancomundialistas. Esta análise o leitor encontrará adiante. O que é preciso observar, ainda no plano teórico, é que a compreensão de que o Estado possui nichos, nódulos, lugares ocupados de modo autônomo por frações das classes trabalhadoras tem acentuados rebatimentos políticos.

Esta concepção de Estado levou as organizações dos trabalhadores que apoiam o governo a defenderem a concepção de que a macroeconomia do país no período considerado é ‘pós-neoliberal’, embora reconhecendo que os

⁸ SADER, Emir (org.), *10 anos de governos...*, op. cit.

rumos da economia e do governo (objetivamente: do Estado) estão em disputa. Com isso, a estratégia passa a ser inteiramente outra, redefinindo o papel dos sindicatos, dos movimentos e das demais organizações dos trabalhadores.

No lugar de empreender lutas autônomas, organizadas e dirigidas a partir das bases dos movimentos, traçando formas de condução da luta que fortalecessem um projeto autônomo dos trabalhadores (perspectiva anticapitalista), as principais organizações dos trabalhadores, após a eleição de Lula da Silva, passaram a priorizar negociações diretas com os seus aliados no Estado e no governo, renunciando à auto-organização dos trabalhadores. Como será visto adiante, existiram muitas lutas no período, mas, fundamentalmente, foram econômico-corporativas. O agravante é que a busca dessas conquistas se deu em detrimento do combate a formas de precarização dos direitos trabalhistas, como remuneração por desempenho, bancos de horas e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

No setor privado prevaleceram as lutas econômicas. Muitas delas exitosas, possibilitando, ao menos, reposição de perdas inflacionárias, como será visto na seção 4. Nas reivindicações frente ao patronato, a orientação foi de estabelecer pactos, acordos, objetivando harmonizar o capital e o trabalho. Nas palavras de Lula da Silva: “*o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem*”⁹. Prevaleceram as reivindicações que resguardassem os interesses econômicos das corporações, buscando pactos em torno de salários e da manutenção dos empregos, ainda que às custas de flexibilização laboral.

Entretanto, em um dos setores mais importantes da economia brasileira, o automobilístico, os trabalhadores rebaixaram suas pautas (os salários médios no setor, entre 2003 e 2010, se mantiveram, em valores constantes, idênticos: em 2003, R\$ 5.791,00 e em 2010, R\$ 5.743,00), a despeito do enorme aumento da produtividade. No mesmo período a produtividade passou de um fator 217 para 343. O governo federal, mediador de tais pactos, concedeu nos anos 2000 isenções tributárias de enorme vulto. Ainda assim, sempre que a

⁹ *Ibíd.*

taxa de lucro esteve pressionada para baixo, a indústria automobilística demitiu milhares de trabalhadores.

Na perspectiva do capital, tais pactos foram vantajosos. O faturamento da indústria automobilística de São Paulo teve um incremento de 90% entre 1999 e 2010 (no Brasil, no mesmo intervalo de tempo, o incremento foi de 150%), período em que, em São Paulo, o número de trabalhadores foi basicamente o mesmo: em 2000, 46,7 mil trabalhadores e, em 2009, 46,6 mil trabalhadores; na crise econômica de 2008 e 2009, houve redução de 4,7% da força de trabalho no setor, apesar da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado e de todo um conjunto de medidas de flexibilização laboral¹⁰.

No caso das reivindicações dirigidas ao Estado, a interlocução com o governo nas mesas setoriais, direcionando as lutas para a esfera institucional do Estado, foi um objetivo das direções da CUT e das demais centrais da base do governo. Cabe precisar, para evitar incompreensões desnecessárias, que a busca de interlocução com o governo em mesas específicas é um procedimento usual, inclusive no sindicalismo autônomo frente aos governos e ao patronato; o problema aqui apontado é o abandono da mobilização e da democracia construída a partir das bases engajadas e esclarecidas. Foram, em geral, negociações de cúpula, com escassa participação da base.

Um corolário dessas orientações é a busca permanente de espaços nos aparatos do Estado. Objetivando fortalecer suas posições, as organizações dos trabalhadores disputaram a indicação de seus próprios quadros ou de quadros que os representem para ocupar postos no Estado. No sindicalismo do serviço público federal, passou a ser comum mesas de negociação com o governo em que os representantes do governo eram, até pouco tempo, dirigentes sindicais. Como é possível depreender da análise apresentada na seção 4, os novos interlocutores não alteraram o desfecho das negociações, não apenas na questão salarial, mas também nas medidas referenciadas na reforma do

¹⁰ Todos os indicadores sobre a indústria automobilística têm como fonte MORAES, Luís Marcelo da Silva de, *Tendências recentes do emprego na indústria automobilística paulista*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Economia UNICAMP, 2012.

Estado, como remuneração por desempenho, por meio de gratificações, em detrimento de carreiras organizadas de modo congruente com os fins do serviço público.

As repercussões práticas são muitas. No lugar de lutas organizadas desde a base, encontros de cúpula com os representantes governamentais; no lugar de educar a base, tornando o partido, o sindicato e o movimento espaços de autoformação da classe para elevar a consciência política, o apassivamento dos militantes que devem apostar seu futuro no diálogo com representantes do Estado como os que, até recentemente, estavam na presidência da CUT¹¹. No que diz respeito às lutas por direitos sociais, tal concepção (do Estado como uma federação de nichos de poder, cada qual com certa autonomia) pressupõe, antes, a desmobilização das bases das entidades dos trabalhadores que devem nutrir uma ‘sábria resignação’ diante do alargamento quase infinito da implementação das “concessões”, sempre jogadas para o futuro, projetadas para um horizonte de tempo fugidio.

A questão que motiva estas reflexões teóricas não é o fato de que, nas lutas, as organizações dos trabalhadores frequentemente precisam direcionar as suas reivindicações para este ou aquele lócus do Estado. A luta de classes envolve o Estado. A luta pela garantia dos direitos em leis nacionais é particularmente relevante em um contexto em que muito do que era dever do Estado passou a ser fornecido por OSCIP, corporações, bancos etc. Distintamente, o fulcro da crítica incide sobre a crença assumida de que o Estado funciona como se fosse uma constelação de ministérios, órgãos e secretarias, distribuídos pelas diversas forças que apoiam o governo, cada uma delas dotada de autonomia compatível com o peso político do seu agrupamento partidário, em desconsideração com o Estado realmente existente que, conforme o estudo argumenta, a partir da apreciação das lutas no período, direcionou o grosso do fundo público ao capital, desconstituindo políticas fundamentais, como a reforma agrária.

¹¹ Ricardo Berzoini foi presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT e, depois, ministro do Trabalho (23/01/04 a 12/07/05) e foi sucedido por Luiz Marinho (12/07/05 a 29/03/07), presidente da CUT.

O presente estudo recusa a ideia de que os movimentos ‘traíram’ as suas bases. O problema é de outra escala, abrangendo, inclusive, o debate estratégico. Com efeito, muitos intelectuais da classe de apoio ao bloco no poder avaliaram que o governo do PT, em decorrência de sua expressiva base parlamentar (No segundo mandato de Lula mais de 70% e, no governo Dilma, aproximadamente 60% da Câmara dos Deputados votaram com o governo na maioria das votações polêmicas. No senado o percentual a favor do governo é ainda maior, superior a 78%) que inclui o apoio dos ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, teria de assimilar interesses contraditórios e conflitantes (daí a tese do governo em disputa). Os diferenciais seriam a liderança de Lula da Silva e a estratégia de erigir um governo pós-neoliberal. Para isso, a ocupação de nichos no interior do Estado por quadros de confiança dos movimentos teria de ser uma prioridade. O Estado (ou, como dizem muitas das lideranças, “o governo”) poderia responder de modo eficaz às demandas sociais, ao menos naqueles nichos dirigidos pelas forças progressistas.

Lula da Silva foi, nesse aspecto, um extraordinário quadro político. Se apresenta para a massa como o guardião dos interesses populares no interior do Estado, arbitrando a favor dos subalternos nos momentos de conflitos, embora destinando os bastiões de poder do Estado aos setores dominantes que se voltam permanentemente contra os trabalhadores. Este fenômeno foi denominado por alguns analistas como ‘lulismo’¹².

Um balanço das lutas corrobora que a ocupação dos principais bastiões de poder real no aparelho estatal expressa a condensação da correlação de forças de um bloco no poder avesso aos direitos sociais, engendrando uma correlação de forças amplamente positiva para a burguesia monopolista. A atenuação da conflitividade contra o capital, pela criação das muitas janelas para que os conflitos pudessem ser institucionalizados no Estado, possibilitou

¹² SINGER, André Vitor, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

que a burguesia monopolista administrasse os conflitos capital-trabalho com baixa conflitividade, institucionalizando-os em órgãos públicos com baixo orçamento, envolvendo os dirigentes dos sindicatos e movimentos por meio de acordos e pactos nunca efetivamente concretizados. Vale sublinhar que muitos acordos firmados estão atravessados pela ideologia dominante do referido bloco (ampliação de vagas nas universidades federais e na educação tecnológica, respectivamente, por meio de contratos de gestão nos moldes da reforma do Estado e parcerias com as organizações patronais, democratização da educação superior por meio da aquisição de vagas privadas com verbas públicas, carreiras estruturadas a partir de gratificações por desempenho etc.).

No caso de movimentos e sindicatos que mantiveram a sua autonomia política frente ao governo, mantendo acesa a perspectiva de lutas que conjuguem demandas imediatas, de teor econômico, com lutas políticas (contra o agronegócio, o modelo extrativista, a mercantilização da educação e da saúde etc.), o PT e a CUT, articulados a setores governamentais, estabeleceram alianças com militantes que atuam na base destes sindicatos, objetivando criar cisões nas categorias e mesmo fundando novas entidades de natureza sindical oficialistas, como ocorreu com os docentes das instituições de ensino superior públicas. É comum, nesses casos, que o interlocutor do governo nas referidas mesas de negociação sejam as entidades dissidentes, a despeito da reduzida representatividade das mesmas em diversos casos. Mais do que a luta específica, é necessário examinar a possibilidade de que tais ações contra este ou aquele sindicato ou movimento que não estão sob influência direta do governo, significam uma demonstração de que a autonomia classista não foi tolerada em nome da governabilidade geral, situação que esteve no cerne dos debates sobre os motivos pelos quais o PT e a CUT não tiveram influência sobre as Jornadas de Junho de 2013.

A forma como Lula da Silva buscou manejar os conflitos sociais, por meio de pequenas concessões para os agora reconceituados como pobres ou excluídos gerou muitas desconfianças entre os dirigentes do Estado Maior do Capital no processo eleitoral de 2002. Possivelmente, temiam que Lula da Silva

optasse por medidas “populistas” e buscasse se afirmar como um presidente pairando sobre as classes. Conforme é possível concluir da leitura da Carta aos Brasileiros, em 2002, esta mensagem foi assimilada: Lula da Silva publicou, em 22 de junho de 2002, a “Carta aos Brasileiros”¹³ que, em essência, reafirma o compromisso do futuro governo com os contratos e acordos firmados com os organismos internacionais, implicando: (a) adotar o regime de metas de inflação; (b) manter o câmbio flutuante; (c) praticar superávits primários elevados, e (d) manter altos juros. Em suma, a agenda do FMI.

Na conjuntura, os setores dominantes rapidamente mostraram considerável grau de unidade em torno do governo Lula da Silva. Após relutância de alguns setores localizados em lugares secundários do bloco no poder, apoiaram, como classe fundamental, as concessões governamentais. A unidade burguesa foi antes de tudo pragmática, em virtude dos efeitos da crise estrutural que, entre 1992 e 2002, provocou a queda de mais de uma dúzia de governos na América Latina. Os setores dominantes estavam cientes de que a manutenção da governabilidade exigia uma organização estatal capaz de absorver os efeitos das crises. O que em outros contextos parecia uma hipótese impossível, foram sendo assimiladas mudanças na gestão do Estado, agora sob a presidência de um ex-sindicalista. Na linha de frente desse processo, o setor bancário compreendeu que tal gestão poderia ser benéfica aos interesses gerais do capital, atuando junto a outras frações para que todos cerrassem fileiras ao lado do novo governo¹⁴.

Como os relatórios anuais do Banco Mundial têm reiterado de modo sistemático desde 1995, a gestão da governabilidade é funcional para os negócios. Algumas destas medidas interessavam economicamente a determinadas frações burguesas. A elevação relativa do salário-mínimo, por exemplo, favoreceu determinadas frações burguesas que atuam no mercado interno, beneficiando os bancos que intermedeiam o recebimento de salários e

¹³ Ver íntegra em www.pt.org.br

¹⁴ LEHER, Roberto; COUTINHO DA TRINDADE, Alice; BOTELHO LIMA, Jacqueline Aline y COSTA, Reginaldo, “Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010”, *OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, noviembre de 2010, Año 11, N° 28.

das bolsas destinadas aos mal denominados 'excluídos'. Entretanto, não foi exclusivamente pela melhoria das condições do trabalho que a gestão da governabilidade foi efetivada. A melhoria da renda do trabalho existiu apenas para uma parte da classe trabalhadora e, ainda assim, de modo muito heterogêneo. A prioridade conferida ao programa Bolsa Família, uma medida destinada a aliviar a pobreza de uma grande massa da população por meio da transferência de recursos para as famílias 'muito pobres e miseráveis' equivalentes a cerca de 20 a 30% do salário-mínimo, ilustra o modo como os setores dominantes operaram o domínio da grande massa que compõe o exército industrial de reserva. Um diferencial que expressa a natureza do bloco no poder é o fato de também as bolsas de alívio à pobreza estão sendo intermediadas pelo setor bancário. Finalmente, e não menos importante, a governabilidade é possibilitada pela postura de colaboração das organizações de esquerda que privilegiaram ações pelo alto, sem ampla convocação de suas bases, circunscrevendo suas reivindicações à agenda econômico-corporativa.

O busílis da questão é que a recomposição do bloco no poder nas três últimas décadas foi coetânea de um processo de transformação do aparelho de Estado hegemônico pelas frações dominantes. A nova morfologia do Estado reflete a mudança na correlação de forças em favor dos dominantes, processo verificável desde a Crise da Dívida de 1982. Desde então, o lugar de poder das frações financeiras foi consolidado, passando a dirigir crescentemente as demais frações burguesas, situação que se consolidou com o Plano Real (1994) e com a ida do país ao FMI, em 1998¹⁵. O ponto débil dessa recomposição da hegemonia foi a existência de um movimento social (incluindo aqui os movimentos, os sindicatos e organizações de esquerda, como o PT) que, a despeito de sua debilidade estratégica, mostrou força em momentos decisivos, abalando a estabilidade do bloco no poder em virtude de ações que alteraram, ainda que conjunturalmente, a correlação de forças entre as classes fundamentais.

¹⁵ Entre janeiro de 2002 e julho de 2002, a relação da dívida líquida do setor público passou de 53% para 64% do PIB, somando R\$ 885 bilhões; o chamado "risco Brasil" passou de 800 para 1850 pontos e o dólar de R\$ 2,20 para R\$ 3,00 (Valor, 26-28/7/02, C1; FSP, 01/11/02, B1).

Como assinalado, o espectro das crises nos anos 1990 – que levou o Brasil a recorrer ao FMI, objetivando um empréstimo superior a U\$ 40 bilhões em 1998, e que alcançou o ápice na crise da Argentina, em 2001-2002 – atemorizava a alta burguesia e, por isso, o Estado Maior do Capital se mostrou mais aberto ao diálogo com as lideranças do PT, a principal organização política vinculada ao mundo do trabalho. Resultou desse novo momento mudanças internas no partido, abandonando a perspectiva socialista, conforme pode ser visto em Eurelino Coelho¹⁶.

A despeito das crises econômicas e políticas da segunda metade dos anos 1990, os setores dominantes conseguiram enraizar a política macroeconômica no aparelho de Estado, especialmente com a reforma do Estado (particularmente intensa no período 1994-1998). A partir das reformas constitucionais, o coração do Estado (pensado em sua materialidade) pode ser blindado, sem maiores resistências, diante dos intentos de soberania popular, por meio da “autonomia” do Banco Central e do *staff* do Ministério da Fazenda. Isso não significa, evidentemente, que o núcleo duro da área econômica seja de tipo burocrático, ao contrário, o referido *staff* tem sido constituído por quadros vindos diretamente do setor financeiro ou por prepostos deste. Por isso, os principais bastiões de poder na área econômica são irrigados por vasos comunicantes permanentes e sistemáticos com o Estado Maior do Capital, liderado pelo setor financeiro e por suas ramificações nos setores exportadores de *commodities*, nas empreiteiras e nas indústrias. Justo pela natureza de seus nexos com os setores dominantes, o núcleo duro da área econômica é refratário às manifestações da soberania popular, inclusive as debilmente mediadas pelo parlamento. Na sequencia dos operadores do setor financeiro que presidiram o Banco Central no período Cardoso, como Pedro Malan (Itaú-Unibanco), a nomeação de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco de Boston para este posto em 2003, ilustra de modo contundente o modo como os dominantes se constituem Estado e, mais precisamente, apropriam-se do Estado.

¹⁶ COELHO, Eurelino, *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, Salvador, UEFS/SP e Xamã, 2012.

As frações burguesas dominantes no bloco no poder nos anos 1990 e 2000, em particular das frações de classe burguesa que lograram avanços na centralização e concentração do capital (capitaneadas pelo setor financeiro), são mostradas ao público como se fossem representações da sociedade civil, externas ao Estado. Assim, disputas no interior do bloco no poder que maneja o Estado não são imediatamente visíveis, pois as frações burguesas quando operam no interior do Estado não se mostram ao público. Quando frações vinculadas à indústria se veem prejudicadas pela taxa cambial, atacam genericamente um ou outro dirigente da área econômica, mas não a autonomia do Banco Central. O fato é que no período Lula o particularismo do Estado tornou-se ainda mais difuso, pois os centros de poder do Estado, como as principais secretarias da área econômica e o Banco Central (as sedes e bastiões de poder a que se refere Nicos Poulantzas¹⁷, encontram-se blindados, protegidos por múltiplos dispositivos de poder. Estes bastiões de poder estão distantes das ações dos movimentos sociais que, em geral, direcionam suas reivindicações e críticas aos ministérios da área social. Somente quando a CUT se viu ameaçada pela contestação dos trabalhadores de base é que algumas críticas passaram a ser dirigidas à taxa de juros vigente no país, mas, como os empresários, não criticou a autonomia do Banco Central. A rigor, tais casamatas que blindam os bastiões de poder somente podem ser fraturadas seriamente em contextos de enorme agudização da luta de classes entre os dominados e os dominantes.

A irrupção das Jornadas de Junho de 2013 sugere que a forma de absorção dos conflitos sociais pelo Estado apresenta problemas. O presente estudo examina a hipótese de que a mediação das centrais sindicais, partidos com origem na esquerda e dos movimentos sociais aliados ao governo esta perdendo rapidamente a sua legitimidade, justamente por não servirem de canal efetivo para as reivindicações dos trabalhadores, inclusive no âmbito do Estado. A reforma agrária, por exemplo, está tão longe dos lugares de poder do

¹⁷ POULANTZAS, Nicos, “Estado, o poder e nós”, in: Etienne BALIBAR e Nicos, POULANTZAS, *O Estado em Discussão*, Lisboa, Edições 70, 1981.

Estado que poucos movimentos nutrem a esperança de ver a questão agrária resolvida apenas por ação do INCRA e do Movimento de Desenvolvimento Agrário/MDA. O mesmo pode ser dito sobre a educação, o transporte público, a moradia, os direitos trabalhistas. Daí o grito das Jornadas de Junho de 2013, as depredações dos ônibus e trens que não atendem às necessidades da população, as greves dos trabalhadores da educação expropriados de grande parte de suas funções intelectuais e aviltados por seus magros salários.

A interrupção do crescimento econômico a partir de 2009, o endividamento crescente das famílias, a estagnação da reforma agrária, a degradação das instituições públicas, o aumento dramático da rotatividade no trabalho e do desemprego, inclusive dos trabalhadores mais qualificados, a persistência dos baixos salários, a degradação da mobilidade urbana e o elevado custo dos serviços, entre os quais o transporte, a energia, a água etc., tudo isso produz demandas e anseios que os lugares do Estado abertos ao diálogo com os trabalhadores não podem responder. Por isso, cresce a sensação de que estas organizações não expressam os anseios dos trabalhadores. Foi perceptível a hostilidade de vários setores aos movimentos organizados nas Jornadas de Junho. Tal descolamento fragiliza os grupos provenientes do chamado campo progressista que ocupam postos no Estado, o que, em virtude do crescimento das lutas sociais no Brasil em 2012 a 2014, afeta o cimento ideológico do aparelho estatal.

Desse modo, a retomada dos protestos sociais multitudinários e massivos, sobre os quais o PT e a CUT pouco têm a dizer, evidencia que o Estado vive uma crise em seu discurso ideológico direcionado para *dentro* do Estado (sobre o serviço público, o compromisso social, o futuro da nação), provocando cisões e fissuras nos grupos que apoiam o governo e arestas, omissões e incongruências em seu discurso *para* as classes subalternas, visto o alargamento do desencontro entre a vida real dos trabalhadores e o discurso de mudança social prometida.

Um dos elementos deflagradores desse desencontro foi a realização dos megaeventos, pois as remoções forçadas e os gastos estratosféricos com os estádios ampliaram o contraste com a situação precária do serviço público de educação, saúde, segurança e com o desastre da mobilidade urbana dos moradores das áreas periféricas das megalópoles brasileiras. Embora a magnitude dos gastos com os juros da dívida, superiores a R\$ 900 bilhões em 2013, conforme os estudos do Jubileu Sul, seja muito maior do que os gastos gerais do Estado com a Copa da Fifa, estimados em 27,4 bilhões¹⁸, estes são visíveis a toda população, inclusive por seu direcionamento para os interesses privados, distintamente do complexo e opaco circuito do pagamento dos títulos da dívida.

Diante dessa situação de fraturas na ideologia dominante veiculada pelo Estado, a força relativa do governo está sendo aparentemente abalada. Por isso, o uso da coerção tem sido crescente. Muitos conflitos sociais, agrários sobretudo, saíram do âmbito do poder Executivo e tiveram seu desfecho alterado pela ação particularista do poder Judiciário, situação que se repete, cada vez mais, também nos conflitos trabalhistas. A judicialização dos conflitos e do protesto social, por reintegração de posse em áreas reconhecidamente “griladas”¹⁹, multas abusivas contra sindicatos em greve, interditos proibitórios contra militantes, demissões politicamente motivadas foram recursos crescentemente utilizados pelo Estado no decênio considerado.

¹⁸ ZAMPIER, Débora, “Gastos da Copa do Mundo sobem para R\$ 27,4 bilhões, segundo TCU, Agência Brasil”, in *Economia.ig*, 9 de junho de 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/2012-06-09/gastos-da-copa-do-mundo-sobem-para-r-274-bilhoes-segundo-tcu.html>

¹⁹ Palavra que denota a falsificação de documentos para tornar-se proprietário por direito de terras devolutas ou de terceiros, em geral de camponeses que ocupam terras há muitos anos, por várias gerações. Em geral, o grileiro é um latifundiário e conta com a conivência de cartórios e de setores do judiciário.

2. Breve contextualização da atualidade do capitalismo dependente

O presente artigo pretende negar a pretensão de validade da afirmação de que os governos ‘progressistas’ – como os de Lula e Dilma – estão logrando uma saída pós-neoliberal²⁰, sustentando que tal afirmação carece de fundamentação empírica. O reexame dos indicadores econômicos e sociais, conforme já assinalado, será realizado a partir da elaboração de Florestan Fernandes, particularmente, por meio de seu conceito de capitalismo dependente.

Limites de escopo do presente artigo impossibilitam uma discussão sistemática sobre o conceito de capitalismo dependente²¹. Entretanto, como o estudo sustenta a atualidade do conceito para explicar a impropriedade da caracterização do referido período como ‘neodesenvolvimentista’, breves indicações são relevantes. O conceito foi elaborado por Florestan Fernandes em sua busca de explicação sobre os determinantes do golpe empresarial-militar de 1964. Entre 1966-1968 o sociólogo retomou a análise sobre o imperialismo e o desenvolvimento desigual do capitalismo, concluindo que, por ocasião do golpe, o Brasil já era um país plenamente capitalista e, mais precisamente, que desde meados dos anos 1950 o capitalismo monopolista era uma realidade em processo. Sua análise se diferencia da formulação do PCB expressa em sua Declaração de Março de 1958. Nesta declaração, a principal força da esquerda na época sustentava que a tarefa dos trabalhadores era empurrar, por meio de suas lutas, as frações burguesas progressistas, antilatifundiárias e potencialmente antiimperialistas, rumo a uma ‘revolução burguesa nacional-democrática’. O objetivo desta estratégia era a superação dos resquícios pré-capitalistas ou mesmo feudais supostamente existentes no país para, com isso, acumular forças para a nova etapa da luta pelo socialismo. Divergindo da estratégia do PCB e dos desenvolvimentistas em geral, Fernandes dedicou dois livros –alçados à condição de clássicos do

²⁰ SADER, Emir (org.), *10 anos de governos...*, *op. cit.*

²¹ O estudo de referência sobre a trajetória do conceito de capitalismo dependente foi realizado por CARDOSO, Míriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil: JK – JQ*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

pensamento social latino-americano— ‘Sociedade de classes e subdesenvolvimento’ (1968) e ‘Revolução burguesa no Brasil’ (2006) à compreensão da particularidade do capitalismo no Brasil e ao modo como a burguesia realizou uma revolução burguesa sem concessões ao povo.

A análise florestaniana coloca em questão a tese de que a revolução burguesa no Brasil seguiria os moldes “clássicos” europeus e dos EUA, envolvendo uma fase nacional-democrática. Conforme seus estudos, no Brasil a revolução burguesa foi *sui generis*: ocorreu em distintos momentos desde a instituição do trabalho livre, no final do Século XIX, com a chegada de imigrantes que difundiram o trabalho assalariado, no contexto de integração do capitalismo comercial e financeiro, e com a industrialização e internacionalização da economia no século XX. Entretanto, tal percurso “*não leva a uma crescente autonomização econômica, mas ao tipo mais complexo, sutil e completo de dependência econômica*”²². Existe aqui uma interessante proximidade de sua tese com a análise de Lênin sobre a *via prussiana*. Como é possível uma revolução burguesa se desenrolar, inclusive com industrialização, mas sem romper com o poder do atraso, com a coexistência de tempos desiguais e com a dependência *vis-à-vis* aos centros hegemônicos?

Fernandes²³ elaborou uma conceituação do capitalismo dependente muito precisa, situando o lugar do país periférico no capitalismo mundial (como uma totalidade e não como relação entre partes distintas), enfatizando os nexos entre os satélites e os centros hegemônicos – enfim, os motivos profundos da dependência: “(...) *A estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. (...) a semelhança com o modelo original começa e termina naquilo que se poderia designar como a organização formal do sistema econômico. Nos planos da estrutura,*

²² FERNANDES, Florestan, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p.177.

²³ *Ibid.*

*funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização do mercado suscita uma realidade histórica nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas*²⁴.

Uma dupla polarização é teorizada pelo sociólogo, destacando o protagonismo das frações burguesas locais (que em sua acepção não são vítimas involuntárias e indefesas do imperialismo) e, ao mesmo tempo, a sua integração ao mercado capitalista mundial de modo tributário, subordinado, dependente. Neste prisma, confundir o fortalecimento de frações burguesas locais (como as que ingressaram a partir dos anos 2000 no seleto grupo de bilionários da Forbes) como a afirmação de um projeto autônomo de desenvolvimento, atualmente definido como neodesenvolvimentista, somente pode ser compreendido como um estratagema ideológico.

A dimensão ideológica é ainda mais acentuada quando o debate sobre o desenvolvimento cepalino é lembrado. Como destaca Claudio Katz²⁵, a mundialização do capital no século XXI suprimiu os últimos resquícios do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950-1970 e o chamado ciclo de desenvolvimento dos anos 2000 foi erigido sobre os escombros provocados pelo neoliberalismo dos anos 1990: flexibilização trabalhista, lassidão da política ambiental, esvaziamento ou supressão do público, enfraquecimento do setor industrial de maior complexidade tecnológica e predominância crescente dos setores exportadores de *commodities*, hipertrofia do setor financeiro e

²⁴ *Ibid.*, p.36-37

²⁵ KATZ, Claudio, *Socialismo o neodesarrollismo*, in *La Haine*, 2006. Disponível em: http://www.lahaine.org/b2-img/katz_soc.pdf

internacionalização da economia. Em contraste com os pilares do nacional-desenvolvimentismo –industrialização substitutiva das importações, planejamento e intervenção estatal, e nacionalismo– a realidade dos anos 2000 é outra: processo de regressão da industrialização, inclusive, nos setores ditos modernos, convertidas em ‘maquilas’, e o nacionalismo foi varrido pelo incentivo à internacionalização da economia. Aqui, mais ‘neodesenvolvimento’ é, simultaneamente, maior aprofundamento do capitalismo dependente.

3. O que há de novo na economia brasileira 2003-2013?

3.1. O que seriam os avanços econômicos e sociais dos governos do PT?

O primeiro aspecto a destacar é a narrativa da inversão das prioridades, em favor do social. O Programa Bolsa Família é o grande destaque de seu governo. Destinado aos pobres – concebidos como aqueles que possuem renda *per capita* de até R\$ 140,00/mês (aproximadamente U\$ 60,00) – e aos miseráveis – os que possuem renda *per capita* de R\$ 70,00/mês (aproximadamente U\$ 30,00) – foi sendo ampliado de modo sistemático, a ponto de alcançar 13,8 milhões de famílias (2013), abrangendo indiretamente quase um quarto da população do país, a um custo anual de R\$ 18,5 bilhões em 2013. Com este programa, teria havido uma abrupta redução no número de pobres (39,3% em 2003 para 21,2% em 2011).

A taxa de desemprego aberto foi significativamente reduzida. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a taxa de desemprego aberto da População Economicamente Ativa (PEA) foi de 9,14% em 2002, passando para 7,65% em 2010, último ano do governo Lula, e para 5,5% em 2012. O PNAD-PME examina as seis maiores regiões metropolitanas, entrevistando 40 mil pessoas. No caso do PNAD Contínua, a base é muito maior, abrangendo 3,5 mil municípios e a amostra alcança 211 mil domicílios. Esta última pesquisa vem sendo realizada desde 2012 (7,9% de desocupados, 1º trimestre 2012), alcançando 8% no 1º

trimestre 2013 e 7,1% no 1º trimestre 2014. Pela metodologia do DIEESE, o desemprego segue muito alto, o que explicaria o temor de lutas salariais mais ásperas: 11,1% em 2012. A queda da taxa de desocupação, aferida pelo PNAD, é importante, mas é preciso lembrar que em 1995 a taxa de desemprego aberto foi de 6,1%. Outro índice importante é a redução do tempo médio de procura de emprego de 53,3 semanas em 2002 para 28,4 semanas em 2012, um intervalo ainda muito grande, mas significativamente inferior ao existente em 2002. O salário mínimo também conheceu relevante crescimento no período, aumentando 54% (2012) em relação a 2002²⁶.

As categorias com força para impor acordos coletivos conquistaram reajustes iguais ou acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 94,3% das negociações coletivas do período²⁷. Entre 2003-2011 os indicadores do IBGE (2012) assinalaram um crescimento real dos rendimentos do trabalho da ordem de 22%²⁸. Os indicadores da situação salarial, ainda que ocultem a brutal desigualdade dos trabalhadores no mercado de trabalho, consubstanciam uma situação que pode ser considerada favorável para algumas categorias profissionais, beneficiando a ação do *sindicalismo de resultados*, pois as direções podem reivindicar para si os ganhos econômicos do período. Mas a tênue recuperação salarial não altera o fundamento da condição capitalista dependente do país: dada a forma de aliança da burguesia local com as frações burguesas internacionais, a exploração do trabalho tem de ser muito grande. De fato, a remuneração média mensal nas seis regiões metropolitanas mais importantes do país (em que os salários são maiores e mais formalizados) ainda é de R\$ 1.578,00 (valor em 2011), inferior ao do salário mínimo necessário para a sobrevivência digna de um trabalhador, conforme o DIEESE (R\$ 2.194,00 para o mesmo ano).

²⁶ CHAHAD, José Paulo e POZZO, Rafaella Gutierre, “Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Evolução, Mudanças e Perspectivas – Desemprego, Salários e Produtividade do Trabalho”, in *Temas de Pesquisa Aplicada*, FIPE, junho de 2013. Disponível em: http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/6_11-29-chah-poz.pdf

²⁷ DIEESE, *Sistema de Acompanhamento de Greves*, Rio de Janeiro, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, 2013.

²⁸ IBGE, *Indicadores IBGE. Principais indicadores, Destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003-2011)*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

Com o crescimento relativo da renda do trabalho, acrescido do crédito popular, muito mais agressivo nos anos 2000, o consumo de eletroeletrônicos e outros produtos industriais e de serviços se expandiram de modo jamais conhecido no país. Esses seriam fatores subjacentes que explicariam a redução da concentração de renda no país: o índice de GINI de Desigualdade de Renda *per Capita* passou de 0,59 em 2001 para 0,53 em 2012, situação que atestaria o caráter progressista do chamado neodesenvolvimentismo.

Não se trata de questionar a seriedade dos indicadores elencados nesta seção, mas de examinar alguns de seus fundamentos e de discutir as grandes tendências da economia brasileira recente, inclusive os períodos de maior agudização da crise estrutural, pois, sem isso, os indicadores acima referidos perdem sentido.

3.2 Sobre os indicadores socioeconômicos: alguns aportes teóricos

Em termos de método, é necessário examinar os indicadores econômicos e sociais da última década em perspectiva crítica ao arcabouço teórico das chamadas teorias da modernização (como em Walt Whitman Rostow²⁹) e, igualmente, da ideologia do desenvolvimento (examinadas criticamente por Míriam Limoeiro Cardoso³⁰), atualmente relexicalizada como neodesenvolvimentismo de cariz pós-neoliberal.

Como salientam Florestan Fernandes³¹ e Francisco de Oliveira³², no Brasil coexistem na mesma formação econômico-social o moderno e o arcaico e, entre eles, existe uma relação em que frequentemente o arcaico (as expropriações violentas, por exemplo) alimentam o lado supostamente

²⁹ ROSTOW, Walt Whitman, *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

³⁰ CARDOSO, Míriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento...*, *op. cit.*

³¹ FERNANDES, Florestan, *Sociedade de classes...*, *op. cit.*; FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo, Globo, 2006.

³² OLIVEIRA, Francisco de, *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

moderno da economia (o moderno agronegócio mundializado, baseado no uso intensivo de energia, transgênicos e cujos produtos são negociados nas bolsas de *commodities* mundiais).

Como o caso brasileiro é uma particularidade do capitalismo mundial, o estudo não considera o Estado-nação como unidade de análise bastante em si. O Brasil, tema do presente estudo, é parte do sistema capitalista, suas classes fundamentais não estão desvinculadas das relações de classes gerais do capitalismo, situação que adquire maior organicidade nos setores dominantes, por seus nexos econômicos e de formação da consciência de classe. Os trabalhadores brasileiros, embora afetados pela situação mundial do trabalho, possuem baixa vinculação internacionalista, embora o ambiente geral de lutas dos trabalhadores em diversos países esteja repercutindo na situação política da classe trabalhadora.

Em conformidade com as pontuações anteriores, os indicadores sociais apresentados ao longo do trabalho não são considerados “dados da realidade”, tal como para os positivistas e os neopositivistas, mas condensam as relações sociais contraditórias. O estudo não pode prescindir de tais indicadores, introduzidos no estudo para melhor pensar as relações de classes e a correlação de forças entre estas, mas sempre que possível apontando os seus limites. Assim, por exemplo, de pouco vale informar que o índice de GINI de Desigualdade Social de Distribuição de Renda *per Capita* melhorou, sugerindo a redução “real” da desigualdade, se não houver a indagação sobre como são apuradas as informações que estariam lastreando o referido índice. No caso, os dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) subestimam fortemente os rendimentos do capital (juros, aluguéis, lucros, justamente o diferencial dos que possuem controle sobre o capital!), mensurando apenas os rendimentos do trabalho, assim, as flutuações do índice não podem ser consideradas como expressões do movimento do real: este índice tem de ser examinado como termo polissêmico, objeto de disputas e conflitos. Ainda com mais razão, o estudo recusa a categorização dos

trabalhadores como “emergentes”, “nova classe média”, “classe C”, e outras expressões colocadas em circulação nos estudos apologéticos.

Deste modo, é temerário afirmar que houve redução real na desigualdade social no Brasil e que parte importante da classe trabalhadora foi deslocada para cima na pirâmide social. Com efeito, o índice de Desigualdade de Distribuição de Renda *per Capita* de 2012 é virtualmente o mesmo de 1980 (0,535)³³, ano da crise latente que explodiria dois anos mais tarde, na forma da Crise da Dívida (1982). Indicativo da concentração de renda, os 5 bilionários brasileiros que constam no topo da lista da Forbes (2013) conseguem juntar um patrimônio líquido em imóveis, plantas industriais, toda sorte de papéis financeiros e demais ativos, equivalente a 1,1 vez o total de toda a renda do trabalho apurada no país³⁴. Os indicadores secundarizam a forma atual de apropriação da mais-valia no capitalismo monopolista, sob hegemonia do capital financeiro. O mesmo pode ser dito sobre a evolução da escolarização: o fato de que um maior número de pessoas tenha nível superior não significa, *a priori*, que este contingente tenha, de fato, conhecimentos compatíveis com a formação superior, tendo em vista a desconcertante expansão de matrículas em instituições desprovidas de qualidade, de cursos de graduação a distância e mesmo de cursos superiores de curta duração.

Outro aspecto a considerar em relação à taxa de desemprego é que a redução da taxa em 2012 e 2013 deve-se, em grande parte, à redução relativa da PEA. Caso o perfil demográfico tivesse mantido a tendência histórica, no lugar de 5,5% o desemprego seria de 7,1%³⁵. Como já apontado anteriormente, é preciso considerar o tamanho da amostragem e, ainda, a consideração do

³³ . Indicadores de Distribuição de Renda coligidos por NERI, Marcelo; SOUZA, Pedro F. de e VAZ, Fábio, *Pobreza e Desigualdade: duas décadas de superação. Primeiras análises Ipea da PNAD 2012*, SAE/IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159_apresentacao.pdf

³⁴ PELIANO, José Carlos, “Deu na Forbes: o patrimônio dos brasileiros mais ricos”, in *Carta Maior*, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Deu-na-Forbes-o-patrimonio-dos-brasileiros-mais-ricos/7/30116>

³⁵ IPEA, *Carta de conjuntura*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dezembro de 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_mercadodetrabalho.pdf

desemprego por desalento que, embora declinante, produz uma enorme diferença, como se depreende da mensuração do PNAD-IBGE e do DIEESE, este último contemplando o desalento: enquanto o PNAD-PME apurou uma taxa de 5,5%, o DIEESE aferiu 11,1%.

Esta investigação considera necessário examinar as lutas e conflitos dos setores da classe trabalhadora inseridos no mercado formal de trabalho, isto é, os setores contratados como assalariados nos termos da legislação trabalhista e, ao mesmo tempo, as frações que podem ser conceituadas como parte do Exército Industrial de Reserva (EIR), em suas distintas modalidades (flutuante, latente, estagnado³⁶: a importância de considerar seriamente o EIR decorre do fato de que o capitalismo, em seu processo de reprodução ampliada, requer contínua expansão da força de trabalho disponível para que seja possível explorar o trabalho e extrair mais-valia. O EIR é forjado por expropriações que assumem novas formas no século XXI. Advém dessas considerações mais uma proposição teórica e de método: a opção por examinar o EIR é incompatível com o uso de categorias como “excluídos” e “pobres”.

Com efeito, em 2001, 57,3% da População em Idade Adulta (PIA) compunha o EIR. Em 2009, último ano do período expansivo da economia que foi interrompido pelo agravamento da crise agudizada em 2008, o EIR compunha 51,9% da PIA, um percentual muito alto, considerando que a metodologia oficial (IBGE) apontava uma taxa de desemprego próxima a 5%. Desagregando os percentuais por gênero, o quadro é ainda mais grave: mulheres – 2001: 70,9%, 2009: 64,8%; homens: 2001: 42,6%, 2009: 38,1%. Outra indicação importante que é possível extrair do estudo de Granato e Germer³⁷, é o elevado número de jovens que compõe o EIR nas faixas de 18-19 anos (2008: 71,7%). Neste prisma, ao longo dos anos 2000, é possível verificar que houve um assalariamento crescente da população trabalhadora,

³⁶ Granato e Germer, a partir de Marx, definem as formas distintas do EIR: EIR Flutuante = Desocupados; EIR Latente = Trabalhador doméstico + Trabalhador na produção para próprio consumo + Trabalhador na construção para o próprio uso + População não economicamente ativa, e EIR Estagnado = conta própria + Não remunerado. GRANATO NETO, N.N. GERMER, C.M. “A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva”, in *Revista Ciências do Trabalho*, Vol.1, N°1, 2013.

³⁷ *Ibid.*

como é próprio do modo de produção capitalista, e um encolhimento dos espaços disponíveis para o EIR latente e estagnado e, logo, aumento relativo do EIR flutuante (desocupados) dentro do EIR total. O tamanho do EIR explica o motivo da proeminência das lutas empreendidas por sujeitos que o constitui, como Sem Teto, Sem Terra, favelados em luta contra a violência policial, jovens sem perspectivas de emprego regulado, vendedores ambulantes etc.

Em relação a redução do número de pobres, um dos argumentos mais reiterados pelo governo Federal e por seus intelectuais, possibilitada pelo programa Bolsa Família, se a questão for examinada mais de perto, permite concluir que dificilmente uma família que recebe R\$ 150,00 de bolsa (valor em 2013) pode ser conceituada como 'não pobre'. Mesmo com os rebaixados critérios da ONU, praticamente todas as pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família vivem "abaixo da linha da pobreza" (que é de US\$ 2, ou pouco mais de R\$ 4, por dia). A questão é preocupante, pois significa que a principal medida social dos governos Lula e Dilma, ao adotarem a tipificação do Banco Mundial, encolheu o horizonte de mudança social e, mais amplamente, de política social. O âmago da questão diz respeito a relação entre as classes e frações de classes, ao desenvolvimento das forças produtivas e às relações de produção correlacionadas. Este é o tema da subseção apresentada a seguir. A partir desta, o estudo busca compreender as lutas sociais contemplando, ao mesmo tempo, a correlação de forças *nas* e *entre* as classes e, para isso, é necessário inventariar os conflitos sociais, as greves, as mobilizações, buscando compreender as reivindicações, a quem estas foram dirigidas e o desenlace das mesmas (seção 4).

3.3. Caracterização geral do modelo econômico em curso

Em livro sobre o modelo econômico e social em curso, Gonçalves (2013) argumenta que o perfil da economia segue sendo, em linhas gerais, o

verificado nos anos 1990: “*liberalização, privatização, subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro*”³⁸.

A liberalização – importação de bens e serviços, atuação de corporações estrangeiras, monetário-financeira – pode ser mensurada pelo ingresso de capital sem restrições relevantes, pelas tectônicas aquisições e fusões, pelas regras de patentes em conformidade com o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), pela débil ou nula regulação do ingresso de capital estrangeiro em domínios como a educação e a saúde, pelo desmonte do sistema previdenciário público, em benefício do regime de capitalização, pela criação de empresas públicas de direito privado para assumir parte das universidades, como os seus hospitais universitários, pela flexibilização ambiental (como no código florestal, no uso de agrotóxicos, inclusive proibidos em diversos países, transformando o Brasil no maior consumidor mundial desses produtos).

A privatização, antes criticada como expressão do período neoliberal, segue sob o manto das concessões por décadas e sem regulação estatal rigorosa, como na telefonia, portos, aeroportos, rodovias pedagiadas, energia, incluindo mega-hidrelétricas como Belo Monte, alcançando o ápice nos leilões de imensas áreas de petróleo do Pré-Sal e, também, pela indução direta do Estado em prol da expansão educação privada-mercantil, por meio do Fundo de financiamento estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concedem, respectivamente, empréstimos subsidiados aos consumidores da mercadoria educacional e quase que completa isenção tributária para o setor empresarial.

Resulta dessas orientações maior vulnerabilidade externa estrutural³⁹ que se caracteriza pela incapacidade de reagir às pressões, ataques especulativos e crises externas. A situação cambial, oscilando entre apreciação e depreciação da moeda local, e as variações da taxa de juros ao sabor da

³⁸ GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas...*, *op. cit.*, p.57.

³⁹ *Ibid.*, p. 58

conjuntura internacional são processos estruturais da economia brasileira. A seguir, algumas dessas tendências gerais do período são apontadas.

Em termos médios, a expansão econômica do governo Lula (variação real do Produto Interno Bruto/PIB de 4,0⁴⁰) foi superior a dos anos FHC (variação real do PIB de 2,3 entre 1995-2002). A taxa de inflação, ainda em patamar elevado, se manteve sem variações bruscas nos 8 anos de governo Lula (8,1%). Embora a crise estrutural transtorne a economia mundial de modo particularmente agudo desde 2008, suas repercussões no Brasil foram marcantes em 2009 e, depois de um ano aparentemente mais promissor (2010), voltou a se manifestar de modo severo a partir de 2011, repercutindo especialmente no governo Dilma Rousseff.

Após o ciclo expansivo, tornou-se evidente que a expansão do governo Lula não foi erigida em bases sólidas; afinal, a taxa de crescimento real no período 2011-2013 foi de reduzidos 2,0%, índice significativamente menor do que a taxa secular (1890-2014) da economia brasileira (4,4%). De fato, a taxa de crescimento foi menor do que o crescimento da economia mundial 3,5% ao ano (a.a) (taxa que reflete a crise econômica global) e inferior à metade da taxa média (simples) de crescimento do conjunto de 152 países em desenvolvimento (4,3%), situação que se repete na América Latina: a taxa média (simples) de crescimento do conjunto de 32 países da América Latina e do Caribe foi de 3,2% a.a. no mesmo período⁴¹. O presente estudo defende que é necessário olhar com atenção a redução do dinamismo econômico do período para compreender a raiz dos motivos que levaram às Jornadas de Junho de 2013.

Gonçalves⁴² sumariza as características do modelo econômico de Lula da Silva que se aprofundaram no governo Dilma Rousseff: “O MLP [*modelo*

⁴⁰ *Ibid.*, p. 75-76.

⁴¹ GONÇALVES, Reinaldo, *Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: Mediocridade esférica*, CORECON, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/pdf/Governo_Dilma_e_o_PIB_Mediocridade_esferica_27_02_2014_rev.pdf

⁴² GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas...*, *op. cit.*

liberal periférico] envolve pacto dos grupos dirigentes com os setores dominantes (empreiteiras, bancos, agronegócio e mineradoras) e cuja consequência é o aumento da concentração de riqueza e poder. O padrão de acumulação envolve, além de baixas taxas de investimento, o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador. E, por fim, o padrão de distribuição limita-se à redistribuição incipiente da renda entre os distintos grupos da classe trabalhadora de tal forma que os interesses do grande capital são preservados, ou seja, não há mudanças na estrutura primária de distribuição de riqueza e renda (rendimentos da classe trabalhadora versus renda do capital)”.

Um dos pilares do padrão de acumulação no Brasil vigente é o fortalecimento das ‘campeãs brasileiras’, a rigor, multinacionais ‘brasileiras’ (empreiteiras, mineradoras e outras *commodities*) que proliferaram na América Latina e na África, ancoradas em verbas subsidiadas pelo Estado via o BNDES. Com efeito: É expressivo o número de empresas nacionais que atuam no exterior que possuem a BNDESPar como acionista; compreendem setores como agropecuária, energia elétrica, telecomunicações, mineração, bancos, papel, petroquímica, siderurgia, transportes e aviação. No exterior o BNDES tem dado suporte às aquisições das empresas brasileiras. No Uruguai, a Marfig e a JBS Friboi controlam cerca de 70% da exportação da carne uruguaia. Na Argentina, a Petrobras adquiriu a Pecom e se tornou o segundo grupo econômico do país no setor de petróleo e gás; a Ambev comprou a Quilmes; a Camargo Correa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra; e a JBS Friboi adquiriu as unidades da Swift na Argentina, tornando-se o maior frigorífico do mundo. No Peru, a Votorantim (hoje Fibria) comprou a maior mineradora do país, MinCo, que tem 66% das jazidas nacionais; a Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana; e a Petrobras/Pecom é a segunda maior produtora de petróleo no país. Afora, o banco criou uma subsidiária em Montevideu para tratar da América do Sul. (...) Dos 20 maiores

projetos de novas plantas das empresas brasileiras, 14 se concentram na América do Sul e um na América Central⁴³.

Na perspectiva da ideologia neodesenvolvimentista os aportes do BNDES e do fundo público para as corporações que atuam nas *commodities*, telecomunicações, as empreiteiras são uma opção pós-neoliberal, pois estariam fortalecendo o bom capitalismo (produtivo, desenvolvimentista), em detrimento do capitalismo ruim, especulativo, dirigido pelas finanças e referenciado no neoliberalismo. As bases de tal ideologia, contudo, são frágeis. Os bancos seguem como o setor líder em lucros, situação possibilitada pela cobrança abusiva de taxas de serviços, pelo manejo da dívida pública e pelos astronômicos juros cobrados aos tomadores de empréstimos, inclusive para os crediários populares, ainda os maiores do mundo. E o suporte público às corporações não está criando condições para que o parque produtivo esteja estruturado com base em cadeias produtivas complexas, que incorporam inteligência, força de trabalho qualificada, pesquisa e desenvolvimento, elevando a qualidade geral dos empregos e a relevância dos setores produtivos para o bem-estar dos trabalhadores.

Ademais, a supremacia dos bancos e dos fundos de investimentos, possibilitou a ida dos mesmos às compras. O objetivo, com as aquisições e fusões, é valorizar seus títulos, reestruturando empresas para, adiante, vendê-las com enorme margem de lucro ou, então, para monopolizar determinados setores econômicos, igualmente em nome de lucros fabulosos. A lógica é inteiramente financeira. A transferência de ativos produtivos para os bancos e fundos realimenta o circuito rentista, promovendo desemprego, esvaziamento da socialização da tecnologia e precarização generalizada dos postos de trabalho. Quando bancos e fundos saem às compras é possível antever graves problemas a médio prazo: a concentração das empresas em monopólios

⁴³ BUGIATO, Caio Martins, “A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira”, in *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*, 10 a 13 de setembro de 2013.

promove a erosão dos fundamentos econômicos e produtivos do país, realimentando o circuito de aquisições e fusões.

Muitas dessas aquisições predatórias são subsidiadas pelos empréstimos do BNDES e por generosas isenções fiscais. Os governos Lula e Dilma correspondem a um período de desnacionalização acelerada da economia. Conforme relatório da Organização das Nações Unidas, em 2012 o país se tornou o quarto maior destino de investimentos no mundo (Estados Unidos, China e Hong Kong são os três maiores): recebeu US\$ 65,3 bilhões em 2012 e US\$ 66 bilhões em 2011. De janeiro de 2004 a novembro de 2012 entraram no Brasil US\$ 332,686 bilhões em “investimento direto estrangeiro”. Os valores são sumamente significativos, considerando que houve uma redução de 18% nos níveis globais de investimentos que alcançaram apenas US\$ 1,3 trilhão em 2012. Em 2009, o pior ano para a economia mundial desde 1929, os investimentos haviam somado apenas US\$ 1,2 trilhão⁴⁴. Resulta desse enorme deslocamento de capital, um extraordinário processo de aquisições de empresas nacionais, em especial por fundos e corporações dos Estados Unidos da América.

Conforme a empresa de consultoria KPMG, as desnacionalizações de empresas brasileiras atingiram um novo recorde em 2012 (296 empresas nacionais), suplantando os recordes de 2011 (208) e de 2010 (175). No segundo ano do primeiro governo Lula (2004), foram vendidas 69 empresas; em 2005, 89; em 2006, 115; em 2007, 143; em 2008, 110; em 2009, 91 empresas. Em síntese, desde 2004 foram desnacionalizadas 1.296 empresas. Como consequência dessa enorme desnacionalização da economia, as remessas totais de lucros para fora do país passaram de US\$ 25,198 bilhões (2004) para US\$ 85,271 bilhões (2011), um aumento de 238,4%. De 2004 a 2011, as importações aumentaram, em valor, 260%: de US\$ 62,835 bilhões para US\$ 226,233 bilhões. As filiais de multinacionais são, sobretudo,

44 CHADE, Jamil, “Brasil se transforma no 4º maior destino de investimentos do mundo”, in *Estadão*, 23 de janeiro DE 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,brasil-se-transforma-no-4-maior-destino-de-investimentos-do-mundo-,141650,0.htm>

empresas importadoras de bens intermediários –ou seja, de componentes para a montagem de produtos finais– e, cada vez mais, passam a importar o próprio produto final, transformando a empresa desnacionalizada em mero balcão de vendas⁴⁵.

Com a supremacia dos interesses das finanças no governo, os bancos concentraram ainda mais patrimônio e capital: no início de 2000 o valor dos ativos totais dos 50 maiores bancos era igual aos ativos totais das 500 maiores empresas; em 2010, os seus ativos eram 74% mais elevados do que os ativos das 500 maiores empresas⁴⁶.

Resulta dessa forma específica de atuação das frações burguesas locais, articuladas ao sistema financeiro internacionalizado, uma complexa, dinâmica e rica imbricação entre frações locais e hegemônicas, conformando uma realidade em que o imperialismo encontra-se ainda mais entranhado nas mediações entre os países capitalistas dependentes e os centros hegemônicos. A presença das multinacionais ‘brasileiras’ possibilita uma nova etapa na ofensiva sobre novos territórios expropriáveis na América Latina e África. O fato de serem corporações sediadas no Brasil e sem um histórico de violência nesses países, concorre para servir de pelotão avançado dos interesses do imperialismo em países marcados pela história de violências da dominação estrangeira. Ao mesmo tempo, essa expansão extranacional fortaleceu as frações locais e, em menor escala, a posição geopolítica do Brasil pela diplomacia do domínio econômico. Não surpreende, portanto, que os setores agropecuário (2002 -2010: + 28,6%) e mineral (2002-2010: + 53%) conheceram enorme expansão no período Lula (*Idem*, p.91). Os bancos, as empreiteiras, as corporações de TV, os jornais etc., e os exportadores de *commodities* passam a prover novos membros da lista dos bilionários da *Forbes*: as 15 famílias mais

45 LOPES, Carlos, “Em 2012, 296 empresas nacionais passaram para controle estrangeiro”, in *Informa CUT*, São Paulo, 23 de janeiro de 2013. Disponível em <http://www.cut.org.br/acontece/22892/em-2012-296-empresas-nacionais-passaram-para-controle-estrangeiro>

46 GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas...*, *op. cit.*, p.149.

ricas do país possuem o equivalente a 5% do PIB do país⁴⁷. Não casualmente, o país ocupa lugar de destaque no seletto grupo dos mais desiguais do planeta⁴⁸.

As concessões e permissões de exploração de serviços públicos (Lei 8.987/1995) foram ampliadas a partir da aprovação da lei que dispõe sobre as parcerias público-privadas (PPP) (Lei 11.079/2004). Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff agregaram novas transferências ao setor privado, após a onda de privatizações do governo Cardoso possibilitada pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) de 1990 (Lei 8.031/1990). Com efeito, após a Lei das PPP, as parcerias e concessões se tornaram o *modus operandi* do Estado em diversos domínios, como Bancos (do estado do Maranhão e do Ceará), rodovias (BR 116, BR 101, BR 050, Régis Bittencourt, Fernão Dias, Transbrasiliana), Ferrovia do Aço, Aeroportos (Galeão, Confins, Cumbica, Viracopos, Juscelino Kubistchek), petróleo (concessão das áreas de prospecção do Pré-Sal, como a de Libra), bem como a opção pelas PPP nas áreas de energia – como Belo Monte, um projeto de R\$ 30 bilhões subsidiado pelo BNDES –, educação, saúde etc. Ao longo da década de 2000 não houve redução das privatizações, ao contrário, o rol de atividades que, outrora, eram públicas e foram concessionadas para o controle privado foi ampliado. Programas de enorme alcance social, como o Programa Universidade para Todos, são exemplos importantes dessas mudanças. O efeito dessas parcerias é a concentração e centralização das organizações educacionais, especialmente as controladas pelos fundos de investimento e pelos bancos, a exemplo da fusão entre o grupo Kroton (fundo Advent) e Anhanguera (Fundo do Banco Pátria) formando a maior corporação educacional do mundo, com mais de 1,1 milhão de estudantes.

⁴⁷ ESTADÃO, “Quinze famílias mais ricas do Brasil são donas de 5% do PIB”, in *Estadão*, 15 de maio de 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quinze-familias-mais-ricas-do-brasil-sao-donas-de-5-do-pib,184946e>

⁴⁸ THE FOREIGN POLICY GROUP, “Fragile States: Rankings and Map”, in *The Foreign Policy Group*, s/f. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/fragile-states-2014?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=Flashpoints&utm_campaign=Flashpoints_June25#highlights

Em relação ao trabalho, existe um quadro oculto de enorme precarização geral. O EIR, como assinalado, é superior a 50% da População em Idade Adulta. A taxa de rotatividade do trabalho aumentou no período. Em 2003, correspondia a elevados 43,6% e, em 2010, a 52,4%. Embora parte das demissões possa ter sido motivada pela busca de melhores empregos (o trabalhador é que se demite), mais de 70% dos trabalhadores foram sumariamente demitidos, aumentando o temor dos remanescentes da perda de seus postos de trabalho, evitando lutas pela elevação salarial. Outro fator a ser considerado é o contingente de trabalhadores do setor privado terceirizado e precário: 51,5% (2011) da força de trabalho se encontrava nesta situação de vulnerabilidade, índice melhor do que no início da década de 2000 (em 2003 60,3% eram precários; cf. indicadores do IBGE, 2012).

Embora tivessem ocorrido melhorias no padrão salarial, este segue aviltado, não apenas na área de serviços, setor que concentra os piores empregos, mas também em atividades que propiciam os melhores empregos, como na indústria automobilística. Nesta, embora os salários-médios sejam acima da média da maior parte dos trabalhadores, estes foram submetidos a congelamento salarial por uma década. A quase totalidade dos novos empregos formais criados no país é de baixa qualificação.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), do Ministério do Trabalho, 82% das novas vagas criadas em maio eram referentes à faixa que compreendia uma remuneração de zero a dois salários mínimos. Quando se estende essa análise à faixa salarial seguinte (dois a quatro salários mínimos), esse percentual sobe para 95%⁴⁹.

A síntese de Pochmann, ao destacar que os novos empregos são, basicamente, na área de serviços, é importante: dos 22 milhões de empregos

⁴⁹ IPEA, "Quase metade tem carteira assinada", in *INESC*, 2 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/julho/quase-metade-tem-carteira-assinada>

que o Brasil gerou, 95% são relacionados à faixa de até dois salários mínimos mensais”⁵⁰.

A propalada conversão dos trabalhadores pauperizados em uma nova classe média, dotada de poder de compra, com acesso ao crédito, podendo frequentar *shoppings* e fazer viagens aéreas, expressa um processo que se deve menos às melhorias das condições de trabalho e de salário (nos marcos de cadeias produtivas industriais), e mais à crise de realização das mercadorias e dos serviços e ao processo de incorporação dessas frações da classe trabalhadora no mercado de crédito popular. A sustentação de que a variável que explica a ascensão social é o consumo é comprometida pelo fato de que este somente está sendo possível em virtude do contexto de crise econômica estrutural (as corporações precisam colocar em circulação mercadorias encalhadas) e, principalmente, do fato de que os bancos e financeiras estão buscando se apropriar de parte relevante da renda do trabalho, extorquindo, por meio da taxa de juros mais alta do mundo, um novo mercado: os trabalhadores pauperizados.

O governo Lula da Silva possibilitou esse mercado ao garantir aos bancos a primazia de pagamento do crédito tomado pelo trabalhador (seja nas lojas, seja nos bancos) por meio do “empréstimo consignado”. Com este, o banco tem acesso direto ao salário do trabalhador, desconta a sua fatura, e somente depois o trabalhador pode fazer uso do que sobrou de seu salário. O aumento do poder aquisitivo não decorre de uma melhor inserção no mundo do trabalho, regida por contratos e carreiras que formalizam as relações de trabalho. A crença na nova classe C ignora, por completo, que o trabalho real dessa parcela da classe trabalhadora é constituído, em sua quase totalidade, por ocupações flexíveis, instáveis e desregulamentadas e de escassa mediação simbólica.

⁵⁰ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, “‘Não estamos caminhando para uma sociedade homogênea, medianizada, mas para uma sociedade mais polarizada’. Entrevista especial com Márcio Pochmann”, in *Instituto Humanitas Unisinos*, 27 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medianizada-mas-para-uma-sociedade-mais-polarizada-entrevista-especial-com-marcio-pochmann/532719-nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medi#>

Conforme será possível examinar na seção a seguir, esse padrão de acumulação dito neodesenvolvimentista ou pós-neoliberal está assentado em permanentes expropriações, incluindo territórios camponeses, indígenas e de áreas populares nas grandes cidades, em especial aquelas situadas em áreas de interesse da especulação imobiliária, como em muitas obras da Copa Mundial da FIFA, 2014, e nas chamadas revitalizações de centros históricos que sempre envolvem deslocamentos forçados de um grande número de trabalhadores ativos e também os que compõem o EIR. Isso irá se refletir na mobilização de parte desses trabalhadores do EIR que, diante das ameaças a sua sobrevivência, se lançaram em muitas frentes de luta no período.

4. Lutas e mobilizações

Nesta subseção o estudo apresenta os grandes números dos conflitos sociais, indica tendências das lutas e elabora aportes para pensar a correlação de forças. Inicialmente discute a situação dos trabalhadores assalariados dos setores público e privado, a seguir, as ocupações de terras, abrangendo as lutas pela reforma agrária e contra as expropriações no campo e, ao final, os conflitos envolvendo os povos indígenas em luta contra as grandes hidrelétricas na Região Norte. Os conflitos protagonizados pelo EIR podem ser vistos na seção 5.

4.1. Greves de trabalhadores públicos e privados

O número de greves por ano é um indicador parcial da situação das lutas da classe trabalhadora. É um importante termômetro da disposição de luta das bases, da capacidade convocatória de suas organizações e das esperanças compartilhadas quanto a possibilidade de mudar a correlação de forças pela luta. Possibilita examinar a dimensão do conflito (número de horas

paradas), a sua incidência nos setores público e privado e as suas motivações defensivas ou de ampliação de conquistas.

Trabalhando com informações da Tabela 1, é possível caracterizar um período de crescimento das lutas nos anos 1980. Nesta década os trabalhadores realizaram lutas contra a ditadura como as campanhas pelas Diretas, Já!, pela Anistia, pela constituinte soberana e exclusiva que possibilitaram considerável acúmulo de forças. No processo de constituição do “novo sindicalismo”, oposições sindicais disputaram e venceram muitas eleições contra sindicalistas pelegos e, com isso, a CUT foi sendo forjada como uma poderosa ferramenta organizativa do sindicalismo classista. Foi neste contexto que o PT foi criado, objetivando uma organização política superior dos trabalhadores. Desde então, PT e CUT passaram a compartilhar uma história entrelaçada. Em poucos anos, as greves saltaram de 250 (1983), correspondentes a 7,4 mil horas paradas, para o ápice, em 1989, ano em que ocorreram perto de 2 mil greves com impressionantes 127 mil horas paradas, processo de lutas que se estende até 1990 (1990: 1773 greves).

A derrota de Lula da Silva nas eleições de 1989, as mudanças de larga proporção nos países ditos de ‘socialismo real’ e a impetuosidade da ideologia neoliberal que já alcançara a social democracia, concorreram para a inflexão das mobilizações dos trabalhadores, já verificável em 1991 quando foram registradas 1041 greves, um montante expressivo, mas 40% menor do que no ano anterior. A grande queda se deu no ano seguinte, 1992, com 552 greves, ano em que o país encontrava-se em forte recessão e em que os sindicatos e movimentos priorizaram a exitosa luta pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. As lutas voltaram a recrudescer no período 1994-1996 quando ocorreram em média 1.160 greves/ano, possivelmente motivadas pela forma de conversão dos salários para o Real (muitos segmentos tiveram perdas salariais) e, pela estabilidade de preços, por haver uma maior margem de negociação de reposições.

O Plano Real foi sustentado pela Banca Internacional, lastreado pela renegociação da dívida (Plano Brady, 1994) e com amplo apoio dos meios de comunicação. A momentânea estabilidade dos preços possibilitou a eleição de FHC em 1994 que, fortalecido pelo êxito eleitoral, enfrentou, no período 1995-1997, os servidores públicos (no contexto da reforma neoliberal do Estado) e os trabalhadores das estatais (parte deles em luta contra as privatizações, como os da Companhia Siderúrgica Nacional, em que um trabalhador foi assassinado pelas forças armadas e, também, a luta dos petroleiros que FHC quis que fosse um caso exemplar, como o dos mineiros no período Thatcher) que responderam com greves importantes, como a dos docentes das universidades federais em 1998. A média anual de greves dos três últimos anos da década (1997-1999) foi de 556 greves, perto da metade do período imediatamente anterior, correspondendo a 20,4 mil horas paradas (cerca de um terço em relação ao número de horas de 1996 e 16% em comparação com 1989).

Após vencer Lula da Silva no primeiro turno em 1998, as greves que se sucederam estiveram concentradas no serviço público. O número de greves despencou para menos da metade em relação ao seu primeiro mandato, conforme pode ser visto na Tabela 1. Apesar do agravamento da crise econômica internacional a partir de 1999, notadamente expressa na crise asiática, e no Brasil, na crise do Plano Real evidenciada pela desvalorização cambial expressiva, Cardoso seguiu mantendo um significativo apoio de diversos setores do capital e, também, entre parte dos trabalhadores organizados, como os sindicatos filiados à Força Sindical (a segunda maior Central brasileira de orientação colaboracionista, dita 'de resultados'). Chama a atenção o fato de que em seu segundo mandato os trabalhadores conheceram enorme arrocho salarial, aumento do desemprego e perda acentuada do poder de compra, mas, ainda assim, a redução das greves seguiu como tendência marcante do período. Frente aos intensos ataques contra os direitos sociais e ao arrocho salarial, é preciso indagar sobre a proporção e o significado das mudanças no sindicalismo.

Tabela 1: Número anual de greves, anos selecionados (1983-2013)

Ano	Nº de greves	Total anual de horas paradas (em mil)
1983	250	7,4
1986	1014	44,4
1989	1962	127,3
1992	556	37,9
1995	1056	48,1
1998	531	20,3
2001	416	20,8
2002	208	16,5
2003	340	15,8
2004	307	23,8
2005	299	19,7
2006	320	24,7
2007	316	30,6
2008	411	24,7
2009	518	34,7
2010	446	44,9
2011	664	63,3
2012	873	86,8
2013	Não disponível	Não disponível
Média 1º FHC/Ano	865	37,5
Média 2º FHC/Ano	414	20,3
Média 1º Lula/Ano	315	21,0
Média 2º Lula/Ano	423	33,7
Dilma (2011 e 2012)	768	75,0

Fonte: DIEESE- Sistema de Acompanhamento de Greves (2013)

O historiador Marcelo Badaró de Mattos⁵¹, estudioso das organizações dos trabalhadores, faz uma síntese densa e abrangente da questão.

Para explicar tal declínio das mobilizações organizadas dos trabalhadores, podemos elencar diversos fatores: o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva que se acelera a partir da década de 1990; o progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT), que ao longo dos anos 1990 aderiu progressivamente a uma lógica conciliatória e amoldou-se à ordem do capital e à estrutura sindical oficial; e, já nos anos 2000, a incorporação de dirigentes sindicais aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, acompanhada da transformação da CUT em braço sindical dos governos petistas e de sua definitiva incorporação à estrutura sindical oficial.

É possível observar um aparente paradoxo: nos anos de estabilidade econômica (1995-1997) o número de greves foi o dobro do verificado nos anos de aprofundamento da crise (1999-2002). O desemprego certamente foi uma variável importante da questão (1998, próximo a 7%, conforme o IBGE), mas é preciso lembrar que tal patamar não foi muito diferente da taxa de desemprego do primeiro mandato de FHC (desemprego aberto entre 5 e 6%, embora mais alto na indústria). Outras dimensões do problema precisam ser agregadas para compreender a redução das greves no final dos anos 1990.

Neste ponto, é recomendável retomar brevemente a história da constituição do 'Novo Sindicalismo' nos anos 1980 (de onde surgiu a CUT). A luta dos trabalhadores nos sindicatos e na oposição sindical combateu a estrutura sindical oficial ancorada nos recursos mediados pelo Estado (imposto sindical) e hierarquizada por meio de uma estrutura organizativa verticalizada

⁵¹ MATTOS, Marcelo Badaró, "Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?", in *Correio da Cidadania*, 23 de maio de 2014, Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9641&Itemid=79

(sindicatos – federações – confederações), objetivando assegurar a democracia desde os locais de trabalho. A partir de meados dos anos 1990, a Central buscou se ajustar à estrutura vigente e, mais do que isso, passou a reivindicar verbas públicas por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que, no final da década, correspondiam a cerca de 40% de seus recursos. A força política majoritária (Articulação Sindical) incorporou a ideologia de que o desemprego dos trabalhadores metalúrgicos, bancários etc. advinha da falta de qualificação, girando os sindicatos para cursos de qualificação apologéticos à reestruturação produtiva, quando o problema do desemprego estava centrado na forma de abertura da economia brasileira nos anos 1990⁵². Ao considerar as privatizações um fato consumado, os gestores dos fundos de pensão vinculados aos sindicatos da CUT passaram a investir na compra de empresas estatais nos leilões das privatizações que, desse modo, foram abraçadas pelas organizações sindicais. Essas mudanças tectônicas no sindicalismo brasileiro se deram no contexto de uma maior aproximação da CUT com a cultura sindical estadunidense, via *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO)*.

Com o *transformismo*, as diferenças entre a CUT e sua oponente, a Força Sindical (FS), foram sendo apagadas. Nos anos 1980, a CUT sustentava um sindicalismo “classista, autônomo e combativo” e a FS um “sindicalismo propositivo” e de colaboração de classes. Ambas as centrais passaram a convergir na defesa de um modelo de “sindicato-cidadão”, em que o sindicato abandona suas referências classistas, resultando em pautas cada vez menos voltadas para o conjunto da classe trabalhadora, abandonando as lutas mais universais, como as greves gerais, a educação pública (em favor de cursos de formação profissional para suas bases), a reforma agrária etc. As mudanças na sistemática de escolha de delegados encolheram a participação da base nos seus Congressos, extinguiram os espaços das oposições sindicais e

⁵² Mudanças essas que levariam a um novo modelo de ação sindical, que ficou conhecido como sindicalismo propositivo. O sindicalismo propositivo caracteriza-se pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital. Nesse sentido, é bastante próximo do sindicalismo de resultados representado pela Força Sindical, já que este se caracteriza por uma prática na qual o confronto é o último recurso, pela defesa da conciliação com os governos e com o patronato, e por uma atuação pragmática, voltada para a defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores.

aumentaram o peso das confederações dirigidas por sindicalistas que se distanciaram do mundo do trabalho concreto. Assim, gradativamente, as forças que seguiam sustentando um sindicalismo classista, autônomo e combativo foram perdendo a possibilidade de interferir na direção da Central. Embora a direção da Central seja proporcional, na prática, alijava as correntes de esquerda das decisões mais importantes. A proposta de negociação da reforma da previdência em curso no governo Cardoso por Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente da CUT entre 1994 e 2000, foi um marco político importante no giro anticlassista da Central: o apoio a contrarreforma aconteceu justo quando as correntes da esquerda estavam propondo armar a CUT para a luta.

Foi esse sindicalismo “cidadão” e, cada vez mais apensado a programas e financiamentos do Estado, que cedeu muitos de seus quadros para compor o novo governo de Lula da Silva. Entre os postos ocupados pelos dirigentes sindicais, cabe citar, por relevância, o Ministério do Trabalho e Emprego, o setor relacionado aos servidores públicos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, postos no Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador e, sobretudo, no conselho de empresas públicas e privadas em que os fundos de pensão dos sindicatos investiram seus recursos, assumindo a função de gestores dos interesses do capital.

Na condição de presidente, Lula da Silva passou a interferir sistematicamente na escolha do novo presidente da CUT. A primeira vez, na eleição de Luís Marinho (8º Congresso, 2003) em detrimento de João Felício, então presidente da Central, a despeito do fato de que ambos atuavam na mesma corrente pró-governo (Articulação Sindical). Quando Marinho foi nomeado ministro do Trabalho em 2005, Felício, então vice-presidente, assumiu a presidência da Central e pleiteou que a Articulação o apoiasse em um novo mandato. Entretanto, no 9º Congresso (2006), na convenção da Articulação (que, na prática, define a escolha do presidente da Central), as forças mais estritamente ligadas ao Presidente da República indicaram um candidato sem expressão própria (o eletricitário Arthur Henrique) e, novamente,

descartaram João Felício que foi rebaixado a um cargo sem expressão na direção política da Central. Lula da Silva vetou a reeleição de Felício não porque o representante dos trabalhadores da educação estivesse comprometido com uma posição de independência da Central em relação ao governo, mas justamente por sua vinculação com o serviço público⁵³. Na avaliação do governo, a sua vinculação com o setor público poderia criar arestas à continuidade da reforma do Estado, especialmente a reforma da previdência e a lei das parcerias público-privadas. Com o controle governamental da CUT, as mudanças que vinham sendo forjadas desde os anos 1990 ganham nova dimensão. Os últimos resquícios de independência de classe foram apagados.

Todas essas mudanças no sindicalismo repercutiram na capacidade de luta dos trabalhadores no primeiro mandato de Lula da Silva. Como é possível verificar na Tabela 1, aconteceu uma nova queda do número médio de greves (315 por ano) em relação ao segundo mandato FHC. É importante lembrar que o seu primeiro mandato foi caracterizado por maior desemprego (cerca de 9%, desemprego aberto-PNAD) e por modestas taxas de crescimento da economia (média do crescimento do PIB foi de 3,5%). Apesar das dificuldades econômicas, as greves do setor privado foram reduzidas (37%). A maior parte das greves (63%) foi protagonizada pelos trabalhadores do serviço público em luta contra a reforma da previdência do serviço público federal, extinguindo o que caracterizava o regime próprio (aposentadoria integral) em favor do regime de capitalização e, ainda, ampliando o tempo necessário para as aposentadorias em até 5 anos.

O segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) foi um período de maior estabilidade econômica até 2008. Neste ano, pela primeira vez na década, a maior parte das greves se deu no setor privado (54%) predominando a indústria. O total de greves foi 34% acima do verificado em seu primeiro mandato, mas se manteve perto da média do segundo mandato de FHC. Foi

⁵³ APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, um dos maiores sindicatos da América Latina.

um período de muitas lutas do setor público (46% das greves, 2008; 60% em 2010), especialmente frequentes nos serviços públicos estaduais.

Em seu segundo mandato as greves tiveram maior intensidade do que as verificada no primeiro mandato: o total de horas paradas foi 60% maior do que a de seu mandato anterior (33,7 mil horas/ 21 mil horas paradas) envolvendo, em 2008, mais de 2 milhões de trabalhadores em greve. Ainda assim, o número total de greves no octanato de Lula da Silva (2956) corresponderam a apenas 57% do total de greves nos oito anos de Cardoso (5116)⁵⁴. Entretanto, todos os levantamentos confirmam que prevaleceram largamente as pautas econômico-corporativas, tanto no setor privado, como no público, embora, neste último caso, algumas reivindicações assumiram novos contornos, abrangendo concepção de carreira e de serviço público. Poucas greves e mobilizações reuniram simultaneamente servidores e trabalhadores privados e trabalhadores assalariados e movimentos sociais, não sendo verificada nenhuma greve geral.

De fato, aconteceram no governo Dilma Rousseff, em 2011 e, de modo acentuado, em 2012, 2013 e 2014, as primeiras inflexões na tendência de estabilização das lutas sindicais verificada no período 2003-2010 com predomínio de greves no setor público e de lutas econômico-corporativas e com o comando efetivo das direções que as conduziram no sentido de manter a luta dentro dos marcos da colaboração de classe, no prisma do sindicalismo de resultados. Embora os indicadores de greves no governo Dilma sejam parciais (2011 e 2012), é visível a mudança de escala. Em relação ao segundo governo Lula da Silva, as greves subiram expressivos 82% e o número de horas paradas mais do que dobrou (120%). Em 2011 mais de 2 milhões de trabalhadores estiveram em greve, embora ainda majoritariamente no setor público (especialmente servidores municipais e estaduais).

⁵⁴ Dados do Sistema de Acompanhamento das Greves –DIEESE, vários anos. Adiante será apresentada a distribuição (setor público e setor privado), bem como o teor das greves (defensivas ou propositiva). Os indicadores do primeiro governo Cardoso têm como fonte NORONHA, Eduardo, “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, in *Lua Nova*, São Paulo, 2009, N°76, p.119-168.

Em 2012 mais de 1,7 milhão de trabalhadores foram às greves, abrangendo a maior greve do serviço público federal, em que algumas categorias, como os trabalhadores da educação federal mantiveram o movimento por aproximadamente 3 meses. A exemplo de 2008, prevaleceram as greves do setor privado (53%), como a dos metalúrgicos do Paraná (reunindo 15 mil trabalhadores durante 30 dias). A greve nacional dos bancários fechou 5.130 agências em 26 estados e no Distrito Federal, articulada por 137 sindicatos que integram o Comando Nacional dos Bancários. Em suma, aconteceram greves que, no conjunto, assumiram radicalidade há muito não vista no país. As greves seguiram mais longas no setor público: 75% do número de horas paradas foi neste segmento cujas greves sempre são mais longas, visto a tática dos governos de esvaziá-las pelo seu prolongamento.

Muitas categorias derrotaram as suas direções sindicais e aprovaram greves à sua revelia, em 2012, 2013 e 2014. Situações assim aconteceram na grande greve do serviço público brasileiro, particularmente vigorosa no setor da educação federal (2012), em grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e em setores privados localizados. Não é possível afirmar, *a priori*, que está ocorrendo um descolamento base-direção, mas os casos em que a base se insurge contra as direções têm aumentado de modo consistente. Nos sindicatos da construção civil, especialmente nas grandes obras, a insubordinação das bases foi a regra. Em 2011, a deflagração de greve na Usina de Jirau por radicalizados 25 dias, exigindo condições dignas de trabalho, e a seguir, na Usina de Santo Antônio, com duração de 15 dias, ambas em Rondônia, Região Norte, causaram enorme impacto pela impetuosidade dos atos políticos dos grevistas e do fato de que os trabalhadores atuaram à revelia das direções dos sindicatos. A greve no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em 2014, com mais de 20 mil trabalhadores parados por 40 dias, em confronto aberto com a direção sindical há muito afastada da luta, ilustram a permanência desse processo, repetido na greve dos rodoviários em várias cidades (Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Fortaleza) e nas greves dos trabalhadores do setor de limpeza urbana na cidade do Rio de Janeiro, em pleno carnaval de 2014.

O ciclo de greves na educação básica, deflagrado em mais de 19 estados da Federação, em 2011, ultrapassou as fronteiras econômico-corporativas (lutando contra a “meritocracia”, *ranking* das escolas a partir de sistemas centralizados e externos de avaliação que aferem metas impostas por organismos internacionais e por entidades empresariais). Em 2012, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES-SN e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica/Sinasefe (vinculados à CSP-Conlutas) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil/Fasubra (que se desfiliou da CUT) empreenderam a maior greve das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES na última década, alterando qualitativamente a mobilização e a força das entidades. Em 2013, novo ciclo de greves com ampla adesão marcou as lutas educacionais, focalizando melhorias na carreira, nos salários e o combate às políticas educacionais balizadas pelas entidades empresariais que passaram a ditar as prioridades educacionais desde o Plano de Desenvolvimento da Educação, uma política federal aprovada por Lula da Silva, mas que expressa a agenda dos empresários que compõem o bloco no poder.

A coesão do Bloco no Poder possibilitou intensa ofensiva contra o trabalho. O objetivo da reforma trabalhista planejada pelo governo Federal é permitir o “negociado sobre o legislado”, o que, na prática, subordinaria os direitos trabalhistas da legislação (Acordo Coletivo Especial) ao que foi negociado. As centrais sindicais oficialistas que representam formalmente perto de 90% dos sindicalizados perderam capacidade convocatória e de mobilização, a ponto de ser uma voz desconsiderada no cálculo político do governo ao editar medidas que se referem ao mundo do trabalho. O governo Dilma operou no sentido de desconsiderar os sindicatos como sujeitos relevantes. Durante todo ano de 2012 a direção da CUT, a maior central brasileira, com vínculos estreitos e orgânicos com o PT, sequer foi recebida por Dilma Rousseff.

O processo de incipiente reorganização das lutas sindicais e populares seguiu ao longo dos anos 2000, com a conversão da CONLUTAS, estruturada em 2004, em Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS) em 2010. Contudo, não houve avanço real na aglutinação das entidades sindicais que romperam com a CUT pela esquerda. A CSP-CONLUTAS segue como a principal referência de oposição ao sindicalismo oficialista, tendo influência entre servidores públicos federais e em alguns sindicatos relevantes, como o dos metalúrgicos de São Jose dos Campos, São Paulo, mas com reduzida capacidade convocatória e muitas divisões internas nos estados entre sindicatos da base e movimentos e setores da direção da Central que já provocou a saída do Movimento dos Trabalhadores sem Teto/MTST (2012), destacado movimento de luta pela moradia.

Observando as lutas dos sindicatos do setores público e privado no decênio é possível concluir que foram raras as lutas conjuntas entre ambos e, ainda mais escassas, as lutas conjuntas com os movimentos sociais, revelando as dificuldades de lutas sindicais e populares, unificadas em frentes de unidade de ação, em determinadas causas. Seria incorreto afirmar que inexistente solidariedade classista. É comum os sindicatos contribuírem financeiramente com os movimentos sociais, mas o cerne das lutas no período foi econômica e específica das categorias, embora com lampejos universalistas.

4.2. *Ocupações de terras, lutas pela reforma agrária e contra as expropriações no campo*

A problemática da reforma agrária compreende os movimentos sociais que lutam pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que mudou a forma de conduzir as lutas no Brasil, combinando ação direta, por meio de ocupações de terras e de prédios públicos, com intensa ação simbólica – marchas nacionais, uso das bandeiras, vestuários, padronização das embalagens dos produtos da reforma agrária com o lema “produto da reforma agrária” –, formação educacional e política próprias, auto organizadas, mantendo vínculos estreitos com intelectuais universitários,

organizando uma importante editora (Expressão Popular) com centenas de títulos a preços populares, promovendo cursos de vários níveis (extensão, graduação, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado) e vínculos internacionalistas (Via Campesina). Por isso, o desenrolar da luta pela reforma agrária não é uma questão que se esgota no movimento dos trabalhadores do campo, alcançando vastos setores da classe trabalhadora. Os indicadores discutidos a seguir possuem enorme importância para tornar pensáveis os dilemas das lutas e das organizações a elas associadas, incluindo as do EIR.

A evolução das ocupações de terras para fins de reforma agrária foi muito semelhante à verificada nas greves empreendidas pelos sindicatos. O número total de ocupações de terras pelos movimentos sociais do campo, em particular pelo MST, pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelos sindicatos rurais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar/FETRAF), pelos movimentos indígenas, se mantiveram constantes nos governos Cardoso e Lula (respectivamente 3845 e 3864). A tendência de queda pode ser vista no número de famílias envolvidas: no governo Cardoso, 567.924, governo Lula, 493.479, 13% menor.

Indicadores recentes sugerem que as ocupações de fato perderam ainda maior folego no governo Dilma. As ocupações despencaram (2011: 226; 2012: 253) e o número médio de assentamentos por ano no primeiro biênio de seu governo corresponderam a apenas 40% da média anual do período 1995-2012, um período hostil à reforma agrária, cuja média anual de famílias por ano foi de 61,6 mil⁵⁵.

O governo Dilma, portanto, corresponde ao período de menor número de ocupações e de famílias envolvidas desde 1995. Certamente, os indicadores merecem um exame mais apurado, considerando região, tamanho da

⁵⁵ Todos os indicadores de ocupações e famílias envolvidas têm a seguinte fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, *Relatório Brasil 2012*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, São Paulo, dezembro de 2013.

propriedade reivindicada, efetividade do assentamento etc. Entretanto, ao considerar o número de famílias, a aproximação é consistente e razoável. Os indicadores não permitem confirmar a hipótese de que a redução das ocupações e das famílias envolvidas devem-se ao fato de que a reforma agrária avançou e que as ocupações, por existir negociações efetivas, foram avaliadas como desnecessárias. A consideração do quantitativo de assentamentos, como assinalado, não indica isso. No período Cardoso foram realizados 4.310 assentamentos (média de 539/ano), compreendendo 425.901 famílias (53.237 famílias/ano). No governo Lula, 3.623 assentamentos (453/ano), correspondendo a 362.085 mil famílias (45.261/ano). A tendência decrescente, acentuada desde 2007, não sofreu inflexão, ao contrário, agravou-se no governo Dilma: 2011, 111 assentamentos, 6.318 famílias; 2012, 117 assentamentos, agregando 4.854 famílias e, em 2013, apenas 10 desapropriações, compreendendo 159 famílias em todo país⁵⁶. Apenas para chamar atenção para a situação de paralisia da reforma agrária, as médias anuais de assentamentos e famílias assentadas no período 1995-2010 foram, respectivamente, de 496 assentamentos e 49.249 famílias. Como assinalou o dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues, os números do governo Dilma são ainda piores do que os do governo do general Figueiredo quando foram desapropriados 152 imóveis⁵⁷. O outro lado da moeda é que a concentração da propriedade fundiária no país aumentou: (i) grande propriedade, 2003: 51,6%; 2010: 56,1% e (ii) os minifúndios tiveram redução (2003: 9,4%; 2010: 8,2%)⁵⁸.

A opção pelo agronegócio, ao contrário da narrativa governamental, significou uma opção contra a reforma agrária, fato confirmado pelos desalentadores números do governo Dilma Rousseff. Além dos assentamentos serem escassos, as desapropriações e os assentamentos estão largamente concentrados na região Norte. A meta de produzir alimentos é inviável em

⁵⁶ . Indicadores do DATALUTA, *op.cit.*, nota 4. Os dados de 2013 possuem como fonte a entrevista do dirigente João Paulo Rodrigues (ALBUQUERQUE, Luis Felipe, "2013 é o pior ano da Reforma Agrária", diz João Paulo Rodrigues", in *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15571>)

⁵⁷ ALBUQUERQUE, Luis Felipe, "2013 é o pior ano...", *op.cit.*, nota 5.

⁵⁸ Gerson Teixeira, apud GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas...*, *op. cit.*, p.150.

grande parte da região amazônica por estar muito afastada dos centros urbanos onde a produção agrícola poderia ser comercializada, forçando, com isso, a incorporação subordinada dos assentamentos nas cadeias do agronegócio (soja, etanol, eucalipto, gado etc.).

A opção pelo agronegócio foi aprofundada quando seu governo incorporou a reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura, da Associação Brasileira do Agronegócio, entre outras, de empreender uma profunda reforma do Código Florestal objetivando remover obstáculos ambientais (e para expropriações) capazes de ampliar a fronteira agrícola, ainda que degradando ainda mais o ambiente⁵⁹.

Em 2012, os trabalhadores do campo e camponeses vinculados ao MST, à Via Campesina, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura/ FETAG e à CONTAG realizaram atos e mobilizações contra o novo Código, assim como entidades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável realizou dois atos seguidos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), reunindo mais de 200 movimentos sociais, contando com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras. Entretanto, a chamada bancada do agronegócio no parlamento logrou aprovar o projeto desejado pelo agronegócio.

Após um movimento nacional que empolgou as redes sociais, promoveu manifestos, atos, *flash mobs*, seminários, o governo Dilma não atendeu a reivindicação de veto total, vetando parcialmente o Código Florestal aprovado no Congresso Nacional em setembro. Entre os retrocessos mantidos no Código,

⁵⁹ Para Luiz Zarref, dirigente do MST e da Via Campesina, “A partir de agora, os rios acima de dez metros não precisarão mais ter Áreas de Preservação Permanente (APPs) em suas margens. Nos rios abaixo de dez metros, a faixa de proteção será de 15 metros, mas antes era de 30 metros. Para os rios maiores, que precisavam de até 500 metros de floresta, agora não precisa mais nada. Isso é um crime histórico contra o meio-ambiente mundial e um retrocesso na legislação ambiental brasileira”. THUSWOHL, Maurício, “Ambientalistas querem veto ao Código Florestal e preveem embate na Rio+20”, in *Rede Brasil Atual*, 26 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2012/04/ambientalistas-querem-veto-ao-codigo-florestal-e-preveem-embate-na-rio-20>

os mais destacados são: 1) anistia de multas; 2) redução da preservação das Áreas de Proteção Permanente; 3) possibilidade que áreas degradadas sejam recompostas com plantas que não são nativas, e 4) redução das exigências legais para a recuperação de nascentes. Assim, o Código Florestal isenta de recuperação todas as Áreas de Preservação Permanente e a grande maioria das áreas de reserva legal que tenham sido desmatadas até 2008. “Ou seja, desmatou, fica desmatado. Se havia multa, está anulada. Se a área havia sido embargada, está liberada. Isso é anistia”⁶⁰.

Um curto balanço da frente socioambiental confirma a avaliação de que o padrão de acumulação do capital requer a comodificação dos recursos naturais, conforme possibilitado pela nova lei para exploração de recursos florestais (Lei nº 12.651/2012); pela liberação dos transgênicos, a despeito de críticas realizadas por pesquisadores e movimentos sociais; pelo esvaziamento dos órgãos de fiscalização e de regulação ambiental, pelo desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, órgão responsável pelo licenciamento e pelo cuidado das áreas de proteção. Dissociando as suas duas funções, o governo criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para cuidar da política nacional de unidades de conservação da natureza, enquanto o IBAMA cuidará do licenciamento ambiental, e pela interferência na nomeação de diretores, em favor daqueles que são favoráveis aos licenciamentos que vinham sendo contestados pelas avaliações técnicas dos referidos órgãos, situação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ⁶¹. As interferências governamentais provocaram o efeito esperado: o crescimento do número de licenciamentos, muitos deles polêmicos, cresceu de modo extraordinário. Em 1999, o primeiro ano em que foi feito o levantamento, o governo FHC realizou

⁶⁰ ECODEBATE, “Código Florestal: O veto desenvolvimentista”, in *EcoDebate*, 6 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/06/06/codigo-florestal-o-veto-desenvolvimentista/>

⁶¹ Em virtude da pressão política para a liberação do processo de licenciamento da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), o ex-coordenador geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, pediu demissão em dezembro de 2009. DANTAS, Pedro, “Minc nega pressão por licença ambiental de Belo Monte”, in *Portal Exame*, 7 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/economia/minc-nega-pressao-licenca-ambiental-belo-monte-517740.html>.

131 licenciamentos, em 2002, último ano deste governo, 192. No governo Lula os licenciamentos passaram de 145 em 2003 para 278 em 2006⁶² e, mais impressionante, no governo Dilma, alcançaram 624 em 2011.

O exame dos Planos Plurianuais do Governo Federal e os empréstimos do BNDES apontam a inequívoca congruência do Programa de Aceleração do Crescimento com a Iniciativa de Integração Regional da Infraestrutura da América do Sul atualmente denominado COSIPLAN-IIRSA, cujos mapas e estratégias econômicas (grandes modais) obedecem à geopolítica estadunidense (e dos organismos internacionais afins) e das grandes corporações de apropriação de recursos energéticos, biológicos (biodiversidade), minerais, aquíferos, agropecuários e de bolsões de força de trabalho de baixo custo.

A opção pela integração em moldes capitalistas dependentes às novas fronteiras de expansão do capital é uma opção que explica o motivo pelo qual o governo Federal retirou da sua agenda política a reforma agrária, mantendo um silêncio conivente ao fechamento das quase 40 mil escolas do campo no decênio, processos que objetivam fortalecer a ideologia do esvaziamento do campo brasileiro. A partir desse suposto esvaziamento o apoio às mineradoras, ao agronegócio, à venda de enormes glebas de terra a grupos estrangeiros, tudo isso passa a ser justificado. Com isso, o processo de expropriações segue inclemente e feroz no país. Faz parte dessa produção do vazio a eliminação de lideranças e militantes camponeses. Somente entre 2003 e 2013 foram assassinados 396 camponeses, 40% deles no Pará⁶³, área de expansão do agronegócio e de mineradoras.

Nos últimos anos o MST e a CPT realizaram importantes ações de caráter nacional, porém sem um caráter massivo. Entre as ações no campo, cabe

⁶² THUSWOHL, Maurício, “Apesar das críticas, licenciamento ambiental bate recorde em 2006”, in *Carta Maior*, 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/detalhelmpreimprimir.cfm?conteudo_id=12767&flag_destaque_longo_curto=L

⁶³ MOTA, Thais, “Violência no campo: uma realidade que ainda mata no Brasil”, in *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 9 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15527>

destacar as Jornadas Nacionais de Lutas, em 2012, sob o lema “Dia Internacional da Mulher pela Reforma Agrária, Contra os Agrotóxicos e a Violência Contra a Mulher” e o “Abril Vermelho”. Estas mobilizações objetivaram pressionar o governo pela reforma agrária, frear, em vão, a reforma do Código Florestal, denunciar a criminalização dos movimentos sociais e cobrar políticas públicas no campo. Aconteceram diversas tentativas de recompor o arco de aliança em torno da reforma agrária, como em 2012, ano em que aconteceu um encontro com 33 movimentos sociais que atuam no campo, incluindo a Contag, que é a mais antiga, o MST, a Via Campesina, até o movimento dos pescadores, quilombolas etc., e construiu uma plataforma unitária de propostas de mudanças.

O MST ao longo do decênio perdeu capacidade convocatória para atrair novos militantes para o movimento; como a reforma agrária está estagnada, poucos se animam a permanecer anos a fio em acampamentos aguardando um improvável assentamento. Outros que estavam em acampamentos se afastaram do movimento, constrangidos a sobreviver com os magros recursos do Bolsa Família e de trabalhos eventuais nas periferias. Ademais, o MST apoiou a eleição de Dilma e procura se manter, ainda que com críticas, no campo governista, situação que colocou o movimento em uma situação contraditória: compõe o arco de forças de apoio ao governo do PT, mas, objetivamente, vem sendo paulatinamente destruído por este governo.

Desse modo, a força convocatória do MST está sendo dissipada, debilitando não apenas a luta pela reforma agrária, mas as iniciativas em prol de um movimento mais amplo capaz de enfrentar o estancamento da reforma agrária, a mercantilização da educação e da saúde, a privatização da infraestrutura, o agronegócio, a flexibilização trabalhista, situação que configura um problema estratégico para o conjunto dos trabalhadores.

4.3. *Questão indígena: outra dimensão das expropriações capitalistas*

Com o respaldo da ideologia do desenvolvimento sustentável as hidrelétricas são defendidas como a melhor alternativa para suprir as demandas de energia necessárias ao “desenvolvimento”. Segundo o projeto da Usina Belo Monte, “para alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, o país precisará instalar, a cada ano, cerca de 5.000 MW de capacidade adicional”. Implementadas pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu, a construção da Usina possui previsão de investimentos de 30 bilhões na região, conforme o BNDES⁶⁴. Os indígenas Arara, que dependem da água do Xingu para beber e cozinhar, denunciaram a situação ao Ministério Público Federal (MPF).

O Programa de Aceleração do Crescimento envolve corporações controladas por frações burguesas locais em associação com o grande capital internacional (que, a rigor, amplia seu controle dos grandes empreendimentos) que têm como negócios a exportação de *commodities*. Essa ofensiva do capital se dá sobre nova onda de expropriações das comunidades tradicionais que vêm sendo expulsas de seus territórios com extrema violência. O legislativo buscou flexibilizar ainda mais as leis em favor dos fazendeiros e grandes empresas, de modo a dificultar, em favor dos agricultores, a demarcação de terra dos povos tradicionais⁶⁵. A proposta do “Democratas” (partido da direita) de acabar com o Decreto 4887/2003, que regulamenta a demarcação das áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas no país e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que prevê que o Congresso dê a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas e de conservação ambiental, são duros ataques às comunidades tradicionais.

⁶⁴ GOULART, Josette, “As condições gerais do financiamento do BNDES ainda não foram fechadas”, in *Plataforma BNDES*, 27 Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/noticias/21-clipping/169-investimento-de-belo-monte-ja-alcanca-r-28-bi>

⁶⁵ No dia 19 de abril o presidente da FUNAI aprovou os estudos de identificação das terras indígenas Tenondé Porã em São Paulo (região Sudeste), Menku no Mato grosso (região Centro-oeste) e Taego Áwa no Tocantins (região Norte). No entanto, ocorreram desapropriações e medidas no legislativo que atacaram os direitos das comunidades tradicionais, como o julgamento da constitucionalidade das cotas para indígenas, no dia 26 de março, que acabou com a expulsão dos indígenas que protestavam no plenário.

As comunidades indígenas enfrentaram ataques diretos aos seus territórios. Indígenas da tribo Tupinambá, da etnia Guarani-Kaiowá, da Terra Indígena Laranjeira Nhanduru, da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, empreenderam lutas por seus territórios, sendo fortemente reprimidos. Os Guajajara e Awá-guajá bloquearam um trecho da Estrada de Ferro Carajás, localizado no estado do Maranhão (região Nordeste). A violência foi denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que confirmou o assassinato de uma criança indígena de 8 anos da tribo Awá Guajá, na Terra Indígena Araribóia, Maranhão. A marcha unificada da Cúpula dos Povos reuniu cerca de 80 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro para criticar o encontro oficial Rio+20 em 2012, colocando em relevo as hidrelétricas e a causa indígena. Um ato público marcou a entrega de mais de 20 mil assinaturas da campanha 'Eu Apoio a Causa Indígena' à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Além da demarcação de terras indígenas, o movimento reivindica a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional 215/00 (que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas).

5. Jornadas de Junho de 2013

Os dilemas estratégicos da esquerda ganharam um novo capítulo com as Jornadas de Junho de 2013, pois as massivas manifestações, embora com origem na esquerda, não foram convocadas, nem organizadas e tampouco dirigidas pelas centrais e pelos partidos socialistas⁶⁶.

As contradições do padrão de acumulação do capital no contexto da crise estrutural em curso alcançaram o cotidiano de milhões de pessoas de forma insidiosa, mas efetiva. O preço abusivo dos transportes, muito alto considerando o valor do salário mínimo (lembrando que 95% dos novos empregos na última década foram de até 2 salários), obriga o trabalhador a

⁶⁶ LEHER, Roberto, "Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda", *Correio da Cidadania*, Campinas, 2013, p.1-8.

dispor por mês do equivalente a metade do salário mínimo apenas para um único deslocamento entre a sua residência e o seu local de trabalho e vice-versa. Parte significativa dos trabalhadores são obrigados a utilizar mais de uma condução, frequentemente exigindo de 2 a 4 horas de deslocamentos por dia.

A violência policial contra os moradores das favelas impõe um regime de medo e sofrimento nas periferias. Em 1980, a taxa de mortalidade juvenil era de elevados 127/100 mil habitantes, em 2011 a taxa subiu para 136/100 mil. As causas externas (assassinatos) em 1980 corresponderam a 53% das mortes, em 2011 o percentual chegou a 73,2%, totalizando 46.920 óbitos. A violência ceifou 1.145.908 vidas entre 1980 e 2011, um crescimento de 4% ao ano. Muitas dessas mortes envolveram a ação policial, levando a crescentes manifestações de revolta nas favelas e periferias, com bloqueios de ruas, estradas, incêndio de ônibus e outras formas de gritos.

A expectativa de que a melhoria das condições de vida seria progressiva, após a possibilidade crescente de aquisição de alguns bens há décadas comuns aos trabalhadores nos países industrializados, como televisões, geladeiras, máquinas de lavar e, em alguns casos, automóveis, não se concretizou, em especial, após o aprofundamento da crise econômica mundial. A queda das atividades econômicas a partir de 2009 ainda não foi suficientemente dimensionada, mas é de grande proporção. Os novos empregos, grosso modo, estão localizados no setor de serviços simples, como trabalhos domésticos, no comércio e, mesmo no setor público, como educação, empregos – estes extremamente mal remunerados que exigem penosos deslocamentos – e ásperas condições de trabalho. A promessa subjacente de que afinal o Brasil se converteu em um país de classe média, sem miseráveis e extremamente pobres (para utilizar a nomenclatura governamental) encontrou limites objetivos na economia real.

Para dimensionar a queda do poder aquisitivo de grande parte dos trabalhadores, basta mencionar que consumo de produtos básicos no primeiro

bimestre de 2014 caiu 11%. Após a derrama de empréstimos para consumo popular, a inadimplência no País passou de 5,1%, em 2013, para 6,49%, em abril de 2014; a informalidade e a precarização seguem em patamar extremamente elevado, 18 milhões de pessoas trabalham sem carteira assinada e 15 milhões, por conta própria; ainda existe trabalho de crianças pequenas (90 mil, na faixa de 5 a 9 anos e 1,1 milhão na faixa 9 a 14)⁶⁷.

Prevalecem no país os protestos dos assalariados (35,2% do total, entre 2000-2009) e, entre estes, dos trabalhadores ocupados (75,6%), dos trabalhadores rurais (18,2%), de trabalhadores de rua (2,9%) e dos desempregados (2,4%), conforme dados coligidos do Observatório Social da América Latina/OSAL-Brasil por Davisson Cangussu de Souza⁶⁸. Os trabalhadores Sem Terra participaram com 26,2% do total de protestos entre 2000-2009, os estudantes com 7,6%, os Sem Teto com 4,5% e os povos indígenas com 3,5% dos protestos, conforme a mesma base de dados.

Entretanto, as lutas aparentemente moleculares – e invisibilizadas pela grande mídia – da última década, parte delas protagonizadas por trabalhadores que compõe o EIR, não deixaram de existir ao longo de toda a década. Entre estes, no período 2000-2009, a maior parte (37,8%) foi protagonizada pelo EIR latente (Sem Terra, trabalhadores rurais, índios, quilombolas, atingidos por barragens, pequenos agricultores); o pauperismo, pobres, moradores de rua e Sem Teto correspondeu a 4,4% no período, a modalidade flutuante (desempregados e demitidos) a 1% das ações de protesto, a modalidade estagnada (moradores de rua) correspondeu também a 1% e, por fim, o lúmpem (presidiários) a 0,9% do total⁶⁹. É possível trabalhar com a hipótese de que os protestos destes sujeitos assumiram novas proporções em virtude dos grandes eventos, como a Copa Mundial da FIFA,

67 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, “O PIB em crise, o mundo em crise”, in *Instituto Humanitas Unisinos*, 7 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520794-o-pib-em-crise-mundo-em-crise>

68 CANGUSSU de SOUZA, Davisson, “Classe operária e superpopulação relativa nos protestos sociais no Brasil (2000-2009)”, in *História e luta de classes*, setembro de 2013, N°16.

69 *Ibid.*

particularmente devido às remoções e ao aumento da criminalização dos pobres.

Em nome da preparação das cidades para o referido evento, uma nova ofensiva de desapropriações tomou conta do país. O contraste entre os vultosos gastos para beneficiar as empreiteiras e os magros orçamentos para o social, tudo isso compôs um caldeirão alimentado pelo desaquecimento da economia, que desaguou nas ruas, nos maiores protestos desde as *Diretas, Já*. Com efeito, em 20 de Junho de 2013, aconteceram manifestações que no caso do Rio de Janeiro ultrapassou a barreira de 1 milhão de manifestantes. Neste mesmo dia, contudo, a selvagem repressão das tropas da polícia treinadas por comandantes que estagiaram no Haiti impôs, na prática, um toque de recolher com angustiante semelhança aos do dia do Golpe de Pinochet, em 11 de setembro de 1973, uma repressão desenfreada quase celebrada pelas corporações da mídia como um ato civilizatório frente à barbárie.

Entre as reivindicações, destacaram-se: “passe livre”, “educação pública não mercantil”, “saúde não é mercadoria”, laicidade versus homofobia, “fora Fifa”, “contra a privatização do Maracanã”, “Fora Eike”, “Não às remoções”, isso sem contar um tratamento crítico à corrupção que ultrapassa a questão moral, por exemplo, em cartazes que associavam o interesse das corporações na especulação imobiliária, os megaeventos e as isenções, repasses e empréstimos bilionários aos investidores operados pelos governos Dilma (PAC/BNDES), Sérgio Cabral e Eduardo Paes (os dois últimos, no Rio de Janeiro) levando milhares de manifestantes a bradar: “*abro mão da Copa, mas não da educação e da saúde públicas*”.

Os sujeitos que realizaram as primeiras convocatórias, até então não massivas, saíram às ruas para protestar contra o que pode ser considerado o estopim das manifestações: o abusivo preço das passagens de ônibus, cujo “grito” (nos termos de John Holloway⁷⁰) foi difundido pelo Movimento do Passe

⁷⁰ HOLLOWAY, John, *Agrietar el capitalismo: el hacer contra el trabajo*, Buenos Aires, Herramienta, 2011.

Livre (MPL). Ao recusar o vanguardismo e sua expressão organizativa, o substitucionismo, este movimento compõe uma forma de pensar e praticar a política que há muito está presente nas lutas antissistêmicas latino-americanas, a exemplo dos Zapatistas, do movimento estudantil que promoveu a célebre Ocupação da UNAM (México, 1999) por longos 10 meses, das Lutas da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca – APPO (2006), das lutas do movimento Pinguim no Chile (2006) e dos levantes da juventude pela educação pública no Chile, em 2012-2013 e as ocupações das reitorias pelos estudantes das universidades federais no Brasil, em 2006, assim como a ocupação da Universidade de São Paulo/USP em 2007.

As grandes manifestações de massa que convulsionaram o mês de junho de 2013 motivaram um grande debate nos sindicatos e outros movimentos classistas que, claramente, ocuparam um lugar secundário nessas manifestações. Houve um esforço de organizar espaços de construção entre movimentos populares, sindicatos e partidos que, até o presente, não produziram consequências duradouras. Entretanto, algumas lutas específicas foram incorporadas por vários coletivos que participaram das Jornadas, como a dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro que lograram importante apoio à sua luta, levando mais de 20 mil pessoas a uma de suas passeatas. A pergunta que todos os movimentos estão buscando resposta é como construir uma frente de luta com amplo protagonismo dos movimentos da classe trabalhadora⁷¹.

No plano partidário, o debate no PT segue girando em torno do governo em disputa, assentado na avaliação sobre a existência ou não de brechas reformistas no atual bloco no poder que poderia levar o governo federal a fazer concessões aos trabalhadores. A empiria disponível sugere que essas vias estão fechadas e, ao contrário, a despeito das Jornadas, o agravamento das condições econômicas permite vislumbrar que, após o pleito eleitoral de 2014

⁷¹ MATTOS, Marcelo Badaró, “A multidão nas ruas: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção”, in *A Voz das Ruas*, 23 de junho de 2013. Disponível em: <http://a-voz-das-ruas.blogspot.com.br/2013/06/a-multidao-nas-ruas-construir-saida-de.html>

para a presidência da República, a despeito de seu desfecho, as medidas contra reformistas serão mais incisivas. No plano das demais forças partidárias burguesas, os partidos tradicionais da direita praticamente desapareceram, persistindo como forças relevantes o PMDB que ocupa a vice-presidência da República, uma agremiação com milhares de prefeitos e que possui a segunda maior representação no parlamento. Na oposição ao PT, restam o PSDB, o partido do ex-presidente FHC, que tem logrado cerca de 40% dos votos nas eleições presidenciais e possui bases importantes nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Na esquerda, o maior partido segue sendo o PSOL, uma agremiação com apenas um senador e 3 deputados federais, a rigor, funcionando como uma frente com diversas tendências que variam da socialdemocracia ao socialismo; o PSTU, partido de orientação trotskista, associado a LIT-QI, sem representação parlamentar, com apenas dois vereadores em todo país, e com influência no movimento estudantil das instituições públicas e em sindicatos do serviço público, de metalúrgicos e outras categorias. O PCB, igualmente sem representação no parlamento, está em processo de reconstrução, contando com apoio de intelectuais marxistas, e possui influencia esparsa no movimento estudantil e sindical.

É possível concluir a análise do decênio com a explicitação de que após um longo período de decréscimo das lutas sociais, é possível aferir o crescimento das lutas a partir de 2011, processo que culminou nas Jornadas de Junho em 2013. As principais frações burguesas seguem sustentando a coalizão que elegeu Dilma Rousseff, embora com o agravamento da crise, existam insatisfações entre frações burguesas de menor porte, o que pode ampliar o arco de apoio ao candidato do PSDB a presidência da República, embora, até o início de julho de 2014, sem abalar seriamente o apoio dos setores dominantes e de suas frações de classe de apoio, notadamente nos movimentos sindical e popular, ao referido bloco no poder (bancos, agronegócio, empreiteiras, setor mineral, frações industriais) e ao governo Dilma.

Entre os saldos positivos das referidas Jornadas: o debate estratégico sobre o esgotamento da estratégia democrático-popular; as discussões sobre as contradições do chamado neodesenvolvimentismo; as reflexões sobre o significado do público na reforma agrária, na saúde, na educação, nas cidades; o debate sobre a democracia direta e protagônica, os mandatos rotativos e revogáveis praticados na Comuna de Paris, e sobre a importância de forjar formas de debate e de unidade de ação capazes de orientar as lutas diante das forças poderosas da contrarrevolução mundial.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luis Felipe, "2013 é o pior ano da Reforma Agrária", diz João Paulo Rodrigues", in *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15571>

BUGIATO, Caio Martins, "A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira", in *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*, 10 a 13 de setembro de 2013.

CHAHAD, José Paulo e POZZO, Rafaella Gutierre, "Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Evolução, Mudanças e Perspectivas – Desemprego, Salários e Produtividade do Trabalho", in *Temas de Pesquisa Aplicada*, FIPE, junho de 2013. Disponível em: http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/6_11-29-chah-poz.pdf

CANGUSSU de SOUZA, Davisson, "Classe operária e superpopulação relativa nos protestos sociais no Brasil (2000-2009)", in *História e luta de classes*, setembro de 2013, Nº16.

CARDOSO, Míriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil: JK – JQ*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHADE, Jamil, "Brasil se transforma no 4º maior destino de investimentos do mundo", in *Estadão*, 23 de janeiro DE 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,brasil-se-transforma-no-4-maior-destino-de-investimentos-do-mundo-,141650,0.htm>

COELHO, Eurelino, *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, Salvador, UEFS/SP e Xamã, 2012.

DANTAS, Pedro, “Minc nega pressão por licença ambiental de Belo Monte”, in *Portal Exame*, 7 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/economia/minc-nega-pressao-licenca-ambiental-belo-monte-517740.html>.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, *Relatório Brasil 2012*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, São Paulo, dezembro de 2013.

DIEESE, *Sistema de Acompanhamento de Greves*, Rio de Janeiro, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, 2013.

ECODEBATE, “Código Florestal: O veto desenvolvimentista”, in *EcoDebate*, 6 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/06/06/codigo-florestal-o-veto-desenvolvimentista/>

ESTADÃO, “Quinze famílias mais ricas do Brasil são donas de 5% do PIB”, in *Estadão*, 15 de maio de 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quinze-familias-mais-ricas-do-brasil-sao-donas-de-5-do-pib,184946e>

FERNANDES, Florestan, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo, Globo, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo, *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, LTC, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo, *Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: Mediocridade esférica*, CORECON, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/pdf/Governo_Dilma_e_o_PIB_Mediocridade_esferica_27_02_2014_rev.pdf

GOULART, Josette, “As condições gerais do financiamento do BNDES ainda não foram fechadas”, in *Plataforma BNDES*, 27 Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/noticias/21-clipping/169-investimento-de-belo-monte-ja-alcanca-r-28-bi>

GRANATO NETO, N.N. GERMER, C.M. “A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva”, in *Revista Ciências do Trabalho*, Vol.1, N°1, 2013.

HOLLOWAY, John, *Agrietar el capitalismo: el hacer contra el trabajo*, Buenos Aires, Herramienta, 2011.

IBGE, *Indicadores IBGE. Principais indicadores, Destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003-2011)*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, “O PIB em crise, o mundo em crise”, in *Instituto Humanitas Unisinos*, 7 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520794-o-pib-em-crise-mundo-em-crise>

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, “‘Não estamos caminhando para uma sociedade homogênea, medianizada, mas para uma sociedade mais polarizada’”. Entrevista especial com Márcio Pochmann”, in *Instituto Humanitas Unisinos*, 27 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medianizada-mas-para-uma-sociedade-mais-polarizada-entrevista-especial-com-marcio-pochmann/532719-nao-estamos-caminhando-para-uma-sociedade-homogenea-medi#>

IPEA, “Quase metade tem carteira assinada”, in *INESC*, 2 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/julho/quase-metade-tem-carteira-assinada>

IPEA, *Carta de conjuntura*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dezembro de 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_mercadodetrabalho.pdf

KATZ, Claudio, *Socialismo o neodesarrollismo*, in *La Haine*, 2006. Disponível em: http://www.lahaine.org/b2-img/katz_soc.pdf

LEHER, Roberto, “Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda”, *Correio da Cidadania*, Campinas, 2013, p.1-8.

LEHER, Roberto; COUTINHO DA TRINDADE, Alice; BOTELHO LIMA, Jacqueline Aline y COSTA, Reginaldo, “Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010”, *OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, noviembre de 2010, Año 11, N° 28.

LOPES, Carlos, “Em 2012, 296 empresas nacionais passaram para controle estrangeiro”, em *Informa CUT*, São Paulo, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.cut.org.br/acontece/22892/em-2012-296-empresas-nacionais-passaram-para-controle-estrangeiro>

LUXEMBURGO, Rosa, *Reforma ou Revolução*, Luxemburg Internet Archive, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap01.htm

MATTOS, Marcelo Badaró, “A multidão nas ruas: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção”, in *A Voz das Ruas*, 23 de

junho de 2013. Disponível em: <http://a-voz-das-ruas.blogspot.com.br/2013/06/a-multidao-nas-ruas-construir-saida-de.html>

MATTOS, Marcelo Badaró, “Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?”, in *Correio da Cidadania*, 23 de maio de 2014, Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9641&Itemid=79

MORAES, Luís Marcelo da Silva de, *Tendências recentes do emprego na indústria automobilística paulista*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Economia UNICAMP, 2012.

MOTA, Thais, “Violência no campo: uma realidade que ainda mata no Brasil”, in *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 9 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15527>

NERI, Marcelo; SOUZA, Pedro de e VAZ, Fábio, *Pobreza e Desigualdade: duas décadas de superação. Primeiras análises Ipea da PNAD 2012*, SAE/IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado_ipea159_apresentacao.pdf

NORONHA, Eduardo, “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, in *Lua Nova*, São Paulo, 2009, N°76, p.119-168.

OLIVEIRA, Francisco de, *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

PELIANO, José Carlos, “Deu na Forbes: o patrimônio dos brasileiros mais ricos”, in *Carta Maior*, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Deu-na-Forbes-o-patrimonio-dos-brasileiros-mais-ricos/7/30116>

POULANTZAS, Nicos, “Estado, o poder e nós”, in: Etienne BALIBAR e Nicos, POULANTZAS, *O Estado em Discussão*, Lisboa, Edições 70, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman, *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

SADER, Emir (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, São Paulo, Boitempo, 2013.

SINGER, André Vitor, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

THE FOREIGN POLICY GROUP, “Fragile States: Rankings and Map”, in *The Foreign Policy Group*, s/f. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/fragile-states->

[2014?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=Flashpoints&utm_campaign=Flashpoints_June25#highlights](http://www.cartamaior.com.br/detalhelmprescindir.cfm?conteudo_id=12767&flag_destaque_longo_curto=L)

THUSWOHL, Maurício, “Apesar das críticas, licenciamento ambiental bate recorde em 2006”, in *Carta Maior*, 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/detalhelmprescindir.cfm?conteudo_id=12767&flag_destaque_longo_curto=L

THUSWOHL, Maurício, “Ambientalistas querem veto ao Código Florestal e preveem embate na Rio+20”, in *Rede Brasil Atual*, 26 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2012/04/ambientalistas-querem-veto-ao-codigo-florestal-e-preveem-embate-na-rio-20>

ZAMPIER, Débora, “Gastos da Copa do Mundo sobem para R\$ 27,4 bilhões, segundo TCU, Agência Brasil”, in *Economia.ig*, 9 de junho de 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/2012-06-09/gastos-da-copa-do-mundo-sobem-para-r-274-bilhoes-segundo-tcu.html>